

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

BCBF Participações S.A.

31 de dezembro de 2019
com relatório do auditor independente

BCBF Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	16
Demonstrações do valor adicionado	18
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.....	19

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores
BCBF Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BCBF Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Combinações de negócios

Durante o exercício de 2019, a Companhia e suas controladas realizaram transações que envolveram combinações de negócios, conforme mencionado na nota explicativa 5, cujas contabilizações seguiram o método de aquisição. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.

Em razão do alto grau de julgamento relacionado, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos relacionados às combinações de negócio incluíram, entre outros, a leitura dos documentos relacionados às transações, tais como contratos e atas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo da contraprestação transferida. Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo. Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para eventos ocorridos e não avisados – Peona

As controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Mediplan Assistencial Ltda., Belo Dente Odontologia Ltda. e SMEDSJ Serviços Médicos São José Ltda. possuem passivos relacionados a eventos ocorridos e não avisados que, conforme mencionado na nota explicativa 22, requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial através da estimativa de eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente por essas controladas. O cálculo atuarial é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos de saúde recebidos até a data do balanço, conforme estabelecido pela Resolução Normativa 393/2015 emitida pela Agência Nacional de Saúde (“ANS”).

Consideramos este um assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o auxílio de nossos especialistas atuários, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuarias decorrentes da Peona, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas à Peona.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a Peona, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável (“impairment”) do ágio (“goodwill”) registrado

Conforme descrito na nota explicativa 18, em 31 de dezembro de 2019 os ativos da Companhia e de suas controladas contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 2.223.834 mil, sendo formado por ágios apurados em combinações de negócios. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para auxílio nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado. Também, efetuamos testes sobre essas projeções, que incluíram, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de avaliação e de informações externas.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

O processamento das transações da Companhia e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para o desenvolvimento de suas operações e para a continuidade de seus processos de negócios.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras e, por esse motivo, consideramos essa área significativa para nossa auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

No contexto de nossa auditoria, com o auxílio dos nossos especialistas, aplicamos procedimentos de avaliação do ambiente de tecnologia da informação da Companhia, incluindo a avaliação da implementação e eficácia operacional dos controles automatizados dos sistemas aplicativos, tendo sido identificadas deficiências relacionadas ao processo de gestão de acessos e mudanças das aplicações de TI relacionadas.

As deficiências no desenho e na operação dos controles internos relativos aos controles gerais de tecnologia alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes do desenho e da operação dos controles gerais de TI e dos controles de aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Adoção de novas Normas Contábeis – NBC TG 06 (R3) – Operação de arrendamento mercantil

Conforme divulgado na nota explicativa 17, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas, no âmbito da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, adotaram a NBC TG 06 (R3) – Operações de arrendamento mercantil, equivalente a IFRS 16 – *Leases* emitido pelo IASB, que resultou no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de um ativo por direito de uso e um passivo de arrendamento, de mesmos valores conforme critério de adoção adotado pela Companhia, no montante de R\$441.771.

Consideramos esse tema como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos nos cálculos do passivo de arrendamentos e do direito de uso, bem como ao fato desse processo ter envolvido interpretação de nova normativa complexa, novos processos para coleta de dados e julgamentos importantes relacionados aos termos dos contratos de arrendamento e às taxas de desconto aplicáveis.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis e expedientes práticos adotados pela Companhia, da integridade da base de contratos identificados e sujeitos à aplicação da norma, da interpretação da administração dos termos e condições dos contratos de locação e da razoabilidade dos julgamentos significativos aplicados pela administração nas definições de prazo dos contratos e taxas de desconto dos passivos de arrendamento, além dos testes nos cálculos efetuados pela administração que determinaram o saldo das contas do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a adoção da NBC TG 06 (R3), que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

BCBF Participações S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativo					
Circulante		3.240.633	46.686	5.836.298	1.916.321
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.217.510	33	3.380.558	136.797
Aplicações financeiras	8	-	4.720	1.285.126	930.578
Contas a receber de clientes	9	-	-	492.769	332.322
Estoques	-	-	-	50.771	37.696
Despesas de comercialização diferidas	10	-	-	186.085	143.583
Créditos tributários e previdenciários	11	22.889	14.702	119.697	61.686
Outros ativos	12	234	27.231	321.292	273.659
Não circulante		4.073.357	2.135.752	6.795.326	2.943.169
Aplicações financeiras	8	-	-	-	28.478
Impostos diferidos ativo	13	-	-	475.657	378.604
Despesas de comercialização diferidas	10	-	-	178.748	112.727
Depósitos judiciais e fiscais	14	-	-	417.310	265.443
Outros ativos	12	-	-	931.511	336.388
Investimentos	15	4.073.357	2.135.752	11	412
Imobilizado	16	-	-	1.713.390	885.201
Direitos de uso	17	-	-	478.805	-
Intangível	18	-	-	2.599.894	935.916
Total do ativo		7.313.990	2.182.438	12.631.624	4.859.490

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante		155.170	129.535	2.213.046	1.817.895
Fornecedores		15	1.164	133.131	86.875
Salários a pagar		-	-	165.035	116.410
Tributos e encargos sociais a recolher	19	1.652	9	359.766	247.806
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	220.683	138.531
Debêntures	21	151.272	128.359	169.560	478.645
Provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	56.985	6.893
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	22	-	-	945.405	692.571
Arrendamentos	17	-	-	33.466	-
Outros passivos	23	2.231	3	129.015	50.164
Não circulante		979.604	179.423	4.239.362	1.168.115
Tributos e encargos sociais a recolher	19	-	-	62.034	26.377
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	35.159	140.714
Debêntures	21	954.419	179.423	1.752.537	179.423
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	22	-	-	342.836	106.937
Impostos diferidos passivos	13	-	-	158.487	80.485
Provisões para ações judiciais	24	-	-	887.618	424.191
Arrendamentos	17	-	-	464.410	-
Outros passivos	23	25.185	-	536.281	209.988
Patrimônio líquido		6.179.216	1.873.480	6.179.216	1.873.480
Capital social	25.a	5.313.080	1.563.080	5.313.080	1.563.080
Reservas:		866.136	310.400	866.136	310.400
Reserva de capital	25.b	(763.491)	(763.491)	(763.491)	(763.491)
Reservas de lucros	25.c	1.629.627	1.073.891	1.629.627	1.073.891
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.313.990	2.182.438	12.631.624	4.859.490

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

BCBF Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	26	-	-	8.412.439	6.135.217
Custos dos serviços prestados	27	-	-	(6.104.467)	(4.471.980)
Resultado Bruto		-	-	2.307.972	1.663.237
Despesas administrativas	28.a	(1.832)	(4.790)	(828.853)	(644.243)
Despesas comerciais	28.b	-	-	(423.745)	(298.971)
Perdas de recuperabilidade sobre créditos	28.c	-	-	(67.245)	(41.724)
Equivalência patrimonial	15	667.815	476.765	-	-
Outras receitas, líquidas		(5.436)	20.305	33.268	45.118
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		660.547	492.280	1.021.397	723.417
Receitas financeiras	29	6.034	2.765	159.034	109.543
Despesas financeiras	29	(110.845)	(33.170)	(307.160)	(144.960)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		555.736	461.875	873.271	688.000
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	-	(292)	(268.143)	(131.320)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	-	-	(49.392)	(95.097)
Lucro líquido do exercício		555.736	461.583	555.736	461.583
Lucro por ação:					
Básico	31	0,2965	0,3197	0,2965	0,3197
Diluído	31	0,2965	0,3197	0,2965	0,3197

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

BCBF Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	555.736	461.583	555.736	461.583
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	555.736	461.583	555.736	461.583

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

BCBF Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Resultado acumulado	Total	
		Capital social	Reserva de capital	Legal			Estatutária
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.213.080	(763.491)	33.411	587.172	-	1.070.172
Adoção do IFRS15 em 1 de Janeiro de 2018		-	-	-	(5.725)	-	(5.725)
Aumento de capital		350.000	-	-	-	-	350.000
Lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	461.583	461.583
(-) Reserva legal		-	-	23.079	-	(23.079)	-
(-) Reserva estatutária		-	-	-	435.954	(435.954)	-
(-) Dividendos Distribuidos		-	-	-	-	(2.550)	(2.550)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.563.080	(763.491)	56.490	1.017.401	-	1.873.480
Aumento de capital	25.a	3.750.000	-	-	-	-	3.750.000
Lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	555.736	555.736
(-) Reserva legal	25.b	-	-	27.787	-	(27.787)	-
(-) Reserva estatutária	25.b	-	-	-	527.949	(527.949)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		5.313.080	(763.491)	84.277	1.545.350	-	6.179.216

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

BCBF Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - (método indireto)
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	2018	31 de dezembro de 2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício		555.736	461.583	555.736	461.583
Depreciação imobilizado	16	-	-	84.074	62.110
Amortização intangível	18	-	-	47.329	-
Depreciação direito de uso	17	-	-	49.786	-
Equivalência patrimonial	15	(667.815)	(476.765)	-	-
Atualização monetária depósitos judiciais	14	-	-	(8.798)	14.089
Atualização monetária contingências	24	-	-	29.641	-
Ajuste a mercado sobre aplicações financeiras	8	-	-	(517)	20
Receitas com aplicações financeiras	8	(4.995)	(918)	(82.856)	(72.033)
(Receita) Despesas com variação cambial	8	-	-	(657)	(226)
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	13	-	-	317.535	226.417
Variação provisões técnicas	22.c	-	-	20.309	28.981
Provisões para ações judiciais	24	-	-	83.326	73.904
Reversão com perda de recuperabilidade sobre créditos	9	-	-	(14.109)	(1.174)
Perda efetiva de recuperabilidade sobre créditos	9	-	-	81.354	47.611
Provisão de glosa esperada	9	-	-	9.509	11.216
Amortização despesas de comercialização diferidas	10	-	-	231.051	145.717
Ajuste a valor presente - combinação de negócios	28	-	-	(8.217)	-
Juros sobre debêntures e custo de captação	21	83.816	33.083	126.923	65.271
Juros sobre empréstimos e financiamentos	20	-	-	18.206	34.502
Juros sobre arrendamentos	17	-	-	38.622	-
Baixa imobilizado / Intangível	16 e 18	-	-	12.411	14.025
Outros		2.874	-	(166)	1.551
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(213.449)	(119.827)
(Aumento) reduções dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes	9	-	-	(199.056)	(100.239)
Estoques		-	-	(2.281)	(6.297)
Créditos tributários e previdenciários	11	6.738	(2.700)	(57.960)	(45.637)
Despesas de comercialização diferidas	10	-	-	(334.561)	(179.182)
Impostos diferidos ativos	13	-	-	(39.504)	12.532
Depósitos judiciais e fiscais	14	-	-	(140.116)	(14.418)
Outros ativos	12	26.997	(14.917)	(428.023)	(208.146)
Aumento (reduções) dos passivos operacionais					
Fornecedores		(1.149)	1.164	(155.072)	(75.217)
Salários a pagar		-	-	(22.964)	(10.193)
Tributos e encargos sociais a recolher	19	1.643	(181)	78.162	49.173
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	22.b e c	-	-	273.945	29.662
Impostos diferidos passivos	13	-	-	63.125	25.305
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	-	(5.479)	-
Provisões para ações judiciais	24	-	-	(59.481)	(62.703)
Outros passivos	23	27.413	(48)	(2.550)	1.038
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais		31.258	301	345.228	409.415

BCBF Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - (método indireto)

Para os exercícios findos em 31 dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras	8	(1.170.063)	-	(7.549.906)	(5.872.029)
Resgates aplicações financeiras	8	1.179.778	(3.770)	7.448.872	6.265.309
Combinação de negócios	15	(46.164)	-	(1.525.143)	(189.364)
Aquisição de imobilizado	16	-	-	(185.437)	(152.635)
Aquisição de intangível	18	-	-	(1.374)	(1.265)
Aumento de capital - controlada	15	(1.340.400)	(350.000)	-	-
Recebimento de dividendos	15	98.975	112.788	-	-
Aquisição de controlada	15	-	(52.228)	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(1.277.874)	(293.210)	(1.812.988)	50.016
Pagamento de juros sobre debêntures	21	(53.054)	(25.904)	(75.614)	(55.274)
Amortização debêntures valor principal	21	(120.000)	(328.000)	(470.000)	(546.191)
Integralização de Capital	25	3.750.000	350.000	3.750.000	350.000
Captação de empréstimos e financiamentos	20	-	-	29.851	-
Pagamento de dividendos		-	(2.550)	-	(2.550)
Captação de debêntures	21	887.147	298.506	1.682.720	348.656
Arrendamentos pagos- principal	17	-	-	(29.957)	-
Arrendamentos pagos - juros	17	-	-	(38.622)	-
Empréstimos e financiamentos pagos - principal	20	-	-	(122.600)	(406.606)
Empréstimos e financiamentos pagos - juros	20	-	-	(14.257)	(38.465)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		4.464.093	292.052	4.711.521	(350.430)
Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício		3.217.477	(857)	3.243.761	109.001
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		33	890	136.797	27.796
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		3.217.510	33	3.380.558	136.797

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

BCBF Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de		31 de Dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Receitas	-	23.267	8.678.930	6.339.926
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	8.693.451	6.324.525
Outras receitas	-	23.267	52.724	57.125
Perda de recuperabilidade sobre créditos - reversão / (constituição)	-	-	(67.245)	(41.724)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(7.268)	(4.466)	(6.777.777)	(5.059.638)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(6.015.271)	(4.430.598)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.268)	(4.466)	(762.506)	(629.040)
Outras	-	-	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	(7.268)	18.801	1.901.153	1.280.288
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	-	-	(181.189)	(62.587)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(7.268)	18.801	1.719.964	1.217.701
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	673.849	479.530	159.034	109.543
Resultado de equivalência patrimonial	667.815	476.765	-	-
Receitas financeiras	6.034	2.765	159.034	109.543
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	666.581	498.331	1.878.998	1.327.244
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(666.581)	(498.331)	(1.878.998)	(1.327.244)
Pessoal	-	-	(332.025)	(244.773)
Remuneração direta	-	-	(279.771)	(207.254)
Benefícios	-	-	(30.155)	(21.182)
F.G.T.S	-	-	(22.099)	(16.337)
Impostos, taxas e contribuições	-	(3.666)	(675.429)	(489.114)
Federais	-	(209)	(541.475)	(86.221)
Municipais	-	(3.457)	(133.954)	(402.893)
Remuneração de capitais de terceiros	(110.845)	(33.082)	(315.808)	(131.774)
Juros	(104.308)	(33.082)	(299.089)	(107.959)
Aluguéis	-	-	(7.761)	(23.815)
Outras	(6.537)	-	(8.958)	-
Remuneração de capitais próprios	(555.736)	(461.583)	(555.736)	(461.583)
Dividendos	-	(2.550)	-	(2.550)
Lucros retidos do exercício	(555.736)	(459.033)	(555.736)	(459.033)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **BCBF Participações S.A.** (doravante denominada por “Companhia” ou “BCBF”), Empresa controlada pela Notre Dame Intermédica Participações S.A., é uma “*holding*” de capital aberto que tem como objetivo social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867, 8º andar, conjunto 81, sala A.

A Companhia é Controladora Direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (“Intermédica”) e Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda, (anteriormente denominada AMIU – Hospital de Assistência Pediátrica de Urgência Ltda.), e Indireta das empresas, Hospital São Bernardo S.A., Mediplan Assistencial Ltda, Hospital Samaritano Ltda e Hospital e Maternidade Samaritano Ltda e Belo Dente Odontologia Ltda., SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda., Nanci & Cia Ltda., Ghelfond Participações S.A., C & M Associados Serviços Médicos Ltda. , Ultra Diagnóstico Ltda., Slim Bem Estar E Saúde Clínica Ltda., Dr. Ghelfond Diagnóstico Médico Ltda., Instituto Tomográfico De Guarulhos Ltda., Medix Diagnóstico Ltda., Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda. As Controladas Diretas e Indiretas são entidades de capital fechado reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e têm por objeto social a prestação de serviços nos campos de medicina, odontologia e hospitalar, abrangendo a operação de hospitais, laboratórios e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou privadas e participações.

Em 16 de setembro de 2019 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu à Companhia, o registro de companhia aberta na categoria “B”, através do Processo SEI nº 19957.005516/2019-98.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

2. Reestruturações societárias

O Grupo Notre Dame Intermédica, por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão por meio de aquisições e reestruturação societária, realizou os seguintes eventos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

a) Incorporação – Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda. e Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 20 de dezembro de 2018, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a incorporação das empresas Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda. e Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda. pela Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil daquelas empresas foram emitidos em 27 de dezembro de 2018 por empresa independente.

A incorporação ocorreu em 2 de janeiro de 2019, com data base 31 de dezembro de 2018, tendo em vista que a empresa pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

b) Venda – Laboratório de Análises Clínicas Dr. Pedro Bonelli S.A.

Em 12 de fevereiro de 2019 a Companhia autorizou sua controlada Demás Participações Ltda. a vender suas quotas de participação na Controlada Indireta Laboratório de Análises Clínicas Dr. Pedro Bonelli S.A. para a Notre Dame Intermédica Saúde S.A., conforme acordo estabelecido nos termos do instrumento particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças.

c) Incorporação – Largent Empreendimentos e Participações Ltda., Laboratório de Análises Clínicas Dr. Pedro Bonelli S.A. e Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de março de 2019, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a incorporação das empresas Largent Empreendimentos e Participações Ltda., Laboratório de Análises Clínicas Dr. Pedro Bonelli S.A. e Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A., pela Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil daquelas companhias foram emitidos em 31 de janeiro de 2019 por empresa independente.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A incorporação ocorreu em 1º de março de 2019 com data base 28 de fevereiro de 2019, tendo em vista que as companhias pertencem ao Grupo Notre Dame Intermédica e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

d) Incorporação – Demás Participações Ltda.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 15 de março de 2019, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a incorporação reversa da empresa Demás Participações Ltda. (“Demás”) pela Controlada Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Demás foi emitido em 28 de fevereiro de 2019 por empresa independente.

A incorporação ocorreu em 15 de março de 2019, com data base 28 de fevereiro de 2019, tendo em vista que a Demás pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica, é uma holding Controladora do hospital e o objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

e) Incorporação – Maternidade do Braz Ltda., Pronto Socorro Itamaraty Ltda. e Laboratório Bio Master Ltda.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 3 de junho de 2019, foram aprovadas para incorporação as empresas Maternidade do Braz Ltda., Pronto Socorro Itamaraty Ltda. e Laboratório Bio Master Ltda. pela Controlada Green Line Sistema de Saúde S.A. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil daquelas empresas foram emitidos em 30 de abril de 2019 por empresa independente.

A incorporação ocorreu em 3 de junho de 2019 com data base 31 de maio de 2019, tendo em vista que as empresas pertencem ao Grupo Notre Dame Intermédica e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

f) Incorporação - Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 8 de outubro de 2019, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a incorporação reversa da companhia da Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A., pela Controlada Green Line Sistema de Saúde S.A. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil daquela companhia foi emitido em 31 de outubro de 2019 por empresa independente.

A incorporação ocorreu em 2 de dezembro de 2019 com data base 30 de novembro de 2019, tendo em vista que a companhia pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica e

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades operacionais e administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

g) Incorporação – Green Line Sistema de Saúde S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 8 de outubro de 2019, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a incorporação da companhia Green Line Sistema de Saúde S.A. pela Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil daquela companhia foi emitido em 31 de outubro de 2019 por empresa independente.

A incorporação ocorreu em 2 de dezembro de 2019 com data base 30 de novembro de 2019, tendo em vista que a companhia pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades operacionais e administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

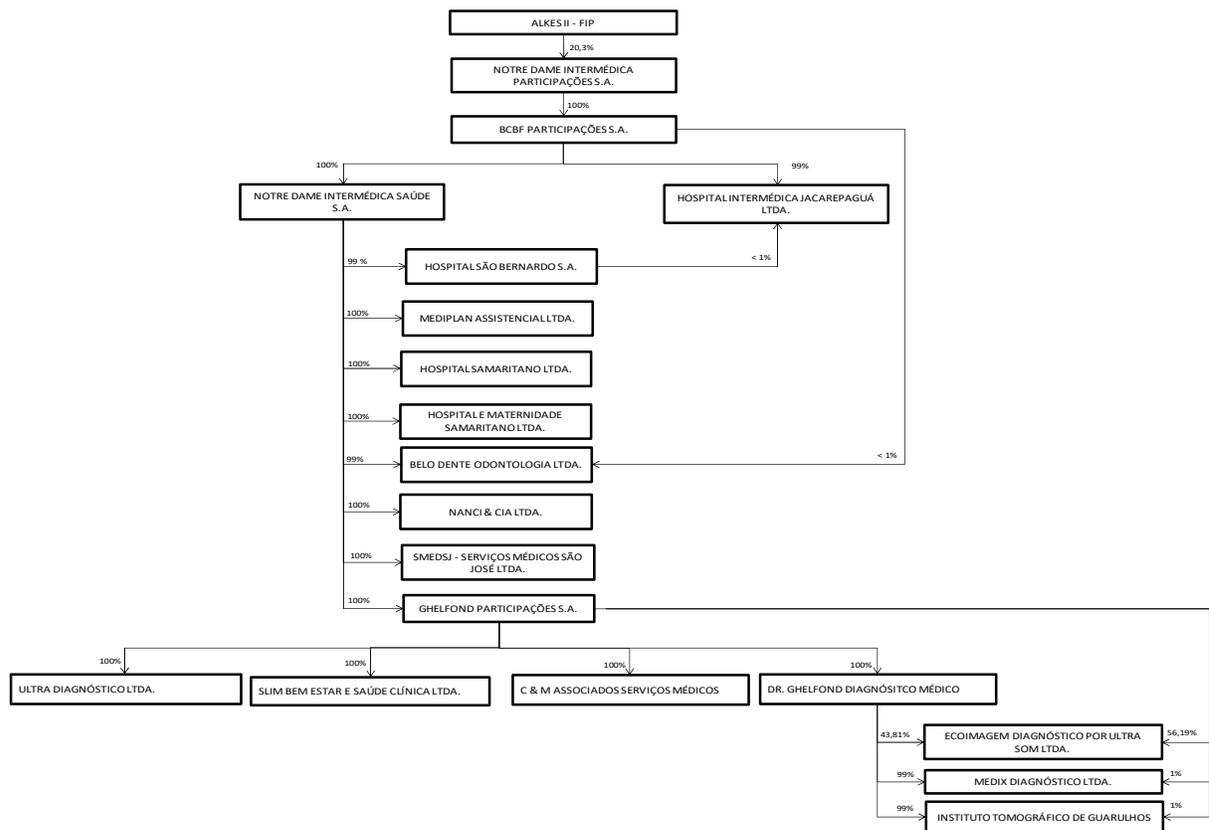
h) Cessão de quotas - Belo Dente Odontologia Ltda.

Conforme instrumento particular de Alteração e Consolidação Contratual (ACS) da Belo Dente Odontologia Ltda., realizado em 21 de outubro de 2019, foi aprovada a cessão de 1 quota a título oneroso da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. para a BCBF Participações S.A., totalmente integralizada, com tudo o que ela representa, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, dívidas e/ou encargos de qualquer natureza.

i) Cessão Quotas – Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.

Conforme instrumento particular de Alteração e Consolidação Contratual (ACS) do Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda., realizado em 5 de dezembro de 2019, foi aprovado a cessão de 1 quota a título oneroso da BCBF Participações S.A. para o Hospital São Bernardo S.A., totalmente integralizada, com tudo o que ela representa, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, dívidas e/ou encargos de qualquer natureza.

j) A estrutura societária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:



BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

A Companhia, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das Demonstrações Financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia e suas Controladas.

As Demonstrações Financeiras consolidadas compreendem as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas Controladas em 31 de dezembro de 2019 e foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2020.

b) Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas compreendem as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas Controladas em 31 de dezembro de 2019.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em a relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- o acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- direitos originados de acordos contratuais;
- os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma Controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à Controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma Controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a Controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas Demonstrações Financeiras e notas explicativas das Controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da Controlada, sem perda de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

Para melhor comparabilidade, algumas rubricas dos quadros que compõe as notas explicativas foram reclassificadas dentro do próprio grupo, sem alterar o saldo do grupo.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

As Controladas incluídas na consolidação, todas com sede no Brasil, são as seguintes:

	Principal atividade	Referência	Participação acionária			
			31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Plano de saúde		-	100,00%	-	100,00%
Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda.	Saúde	(a)	-	-	-	100,00%
Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda.	Saúde	(a)	-	-	-	100,00%
Hospital São Bernardo S.A.	Saúde		-	100,00%	-	100,00%
Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A.	Saúde	(l)	-	-	-	100,00%
Laboratório de Análises Clínicas Dr. Pedro Bonelli S.A.	Laboratório	(b)	-	-	-	100,00%
Largent Empreendimentos e Participações Ltda.	Holding	(b)	-	-	-	100,00%
Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A.	Plano de saúde	(b)	-	-	-	100,00%
Demás Participações Ltda.	Holding	(c)	-	-	-	100,00%
RH Vida Saúde Ocupacional Ltda.	Saúde	(d)	-	-	-	-
GreenLine Sistema de Saúde S.A.	Plano de saúde	(e) / (m)	-	-	-	-
Hospital e Maternidade Braz Ltda.	Saúde	(f)	-	-	-	-
Pronto Socorro Itamaraty Ltda.	Saúde	(f)	-	-	-	-
Laboratório Bio Master Ltda.	Saúde	(f)	-	-	-	-
Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.	Saúde	(g)	-	100,00%	-	-
Mediplan Assistencial Ltda.	Plano de saúde	(h)	-	100,00%	-	-
Hospital e Maternidade Samaritano Ltda.	Saúde	(h)	-	100,00%	-	-
Hospital Samaritano Ltda.	Saúde	(h)	-	100,00%	-	-
Belo Dente Odontologia Ltda.	Odontologia	(i)	-	100,00%	-	-
SMEDJ - Serviços Médicos São José Ltda	Saúde	(j)	-	100,00%	-	-
Nanci & Cia Ltda.	Saúde	(j)	-	100,00%	-	-
Ghelfond Participações S.A.	Holding	(k)	-	100,00%	-	-
C & M Associados e Serviços Ltda.	Saúde	(k)	-	100,00%	-	-
Ultra Diagnóstico Ltda.	Saúde	(k)	-	100,00%	-	-
Slim Bem Estar e Saúde Clínica Médica Ltda.	Saúde	(k)	-	100,00%	-	-
Dr. Ghelfond Diagnóstico Ltda.	Saúde	(k)	-	100,00%	-	-
Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda.	Saúde	(k)	-	100,00%	-	-
Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda.	Saúde	(k)	-	100,00%	-	-
Medix Diagnóstico Ltda.	Saúde	(k)	-	100,00%	-	-

- (a) Empresa incorporada pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 2 de janeiro de 2019, vide nota 2.a.
- (b) Empresa incorporada pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 1º de março de 2019, vide nota 2.c.
- (c) Empresa incorporada pela Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A. em 15 de março de 2019, vide nota 2.d.
- (d) Empresa vendida em 1º de novembro de 2018, empresa controlada direta BCBF Participações S.A.
- (e) Controle da empresa adquirido em 24 de janeiro de 2019, empresa Controlada Direta da Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A., vide nota 5.1.
- (f) Empresa incorporada pela Green Line Sistema de Saúde S.A. em 3 de junho de 2019, vide nota 2.e.
- (g) Controle da empresa adquirido em 5 de abril de 2019, anteriormente denominada AMIU - Assistência Médica Pediátrica de Urgência Ltda., empresa Controlada Direta da BCBF Participações S.A., vide nota 5.2.
- (h) Controle da empresa adquirido em 29 de maio de 2019, empresa Controlada Direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A., vide nota 5.3.
- (i) Controle da empresa adquirido em 03 de julho de 2019, empresa Controlada Direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A., vide nota 5.4.
- (j) Controle da empresa adquirido em 28 de novembro de 2019, empresa Controlada Direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A., vide nota 5.5.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- (k) Controle da empresa adquirido em 18 de novembro de 2019, empresa Controlada Direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A., vide nota 5.6.
- (l) Empresa incorporada pela Green Line Sistema de Saúde S.A. em 2 de dezembro de 2019, vide nota 2.f.
- (m) Empresa incorporada pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 2 de dezembro de 2019, vide nota 2.g.

c) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e de forma suplementar para fins de IFRS.

d) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional definida para a Companhia e suas Controladas.

e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas Demonstrações Financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
- perda de recuperabilidade sobre créditos;
- recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- direito de uso (arrendamentos);

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- provisões técnicas;
- provisões para ações judiciais; e
- Teste de Adequação de Passivo (*Liability Adequacy Test* (LAT)).

f) Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- está mantido essencialmente com propósito de ser negociado.
- espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- é caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado.
- deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

g) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2019 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas, estão abaixo apresentadas:

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

IFRS 17 – Contratos de Seguros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 18 de maio de 2017, o IFRS 17, que substituirá o IFRS 4 a partir de 1º de janeiro de 2021, com possibilidade de mudança dado que o IASB continua discutindo a data de vigência. O IFRS 17 é uma norma voltada para contratos de seguros e objetiva a melhora da comparabilidade das informações prestadas pelas empresas, uma vez que atualmente existem abordagens diferentes em relação à contabilização e divulgação dos contratos de seguros pelas empresas.

Esta norma tem implicações em outras indústrias além da de seguradoras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitirá norma equivalente no Brasil.

A Companhia e suas Controladas não pretendem adotar a norma antecipadamente e aguardarão a emissão de norma equivalente no Brasil para analisar os efeitos sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das Demonstrações Financeiras de propósito geral fazem com base nessas Demonstrações Financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram as seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Para efeitos das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalente de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa do Grupo.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a entidade mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

- Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período.

A Companhia reconhece como ativos financeiros classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, títulos públicos e aplicações financeiras com garantias classificadas como títulos e valores mobiliários.

Passivos financeiros

Classificação

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, representado por: fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debêntures.

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

- Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, em que ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

- Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito.
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente.
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A operação principal da Companhia está predominantemente relacionada com os recebimentos das vendas de plano de saúde e odontológico e que são relacionados com seguros.

A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente à perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Companhia avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

Para o recebimento de vendas de outros serviços hospitalares a Companhia optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes.

c) Perda de recuperabilidade sobre créditos

As Controladas da Companhia constituem provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 322/2013 alterado pela RN nº 435/2018.

A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Para os créditos não relacionados com planos de saúde é constituída perda de recuperabilidade de créditos para os saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo ou de curto prazo são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

e) Despesas de comercialização diferidas (DAC – Deferred Acquisition Cost)

As despesas de comercialização que se referem aos agenciamentos são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta “Despesas diferidas”, de acordo com a Resolução Normativa (RN) 322/13, alterada pela RN nº 435/2018. Em 2016 por meio de estudo técnico, a operadora passou a diferir as despesas pelo prazo de até 36 meses e o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas “Despesas diferidas” no ativo circulante, que compreende o saldo de até 12 meses, e “Despesas de comercialização diferida” no ativo não circulante, para o saldo superior a 12 meses. Os demais gastos com comissões são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

f) Investimento - Controladora

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Durante o exercício de 2019 e 2018, a participação societária que a Companhia possuía em suas Controladas estava avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

A participação nos resultados operacionais das Controladas está demonstrada na demonstração do resultado como “Resultado de equivalência patrimonial”.

As Demonstrações Financeiras das Controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

g) Imobilizado

Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído(a) na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

h) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear e pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 18 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ágio, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nesses orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Para ativos que não sejam *ágio*, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução do valor recuperável do *ágio* é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa a qual o *ágio* esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do *ágio* alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

j) Ágio

O *ágio* resultante de uma combinação de negócios é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o *ágio* é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por valor recuperável.

Para fins de teste do valor recuperável (*impairment*), o *ágio* é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs) da Companhia (ou grupos de UGCs), que se beneficiarão das sinergias da combinação.

As UGCs às quais o *ágio* foi alocado são submetidas anualmente a teste de *impairment* ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma UGC poderá apresentar *impairment*. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil,

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

a perda por *impairment* é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à UGC e, posteriormente, aos outros ativos da UGC, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por *impairment* de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

k) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Devido às atividades operacionais das Controladas da Companhia certas provisões são requeridas, conforme abaixo:

- A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, conforme a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 246/2011, 313/2012, 393/2015 e 442/2018, sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
- A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 290/2012, alterada pelas RNs 322/2013 e 435/2018).
- A provisão de remissão é constituída para os beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.
- A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS – Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde pública. As Operadoras devem registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica “Sistema Único de Saúde - SUS” – (nota explicativa nº 27) em contra partida “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde” (registrado na rubrica “Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS” – nota explicativa nº 22) no passivo circulante e não circulante.

Conforme Resolução Normativa 227/2010 alterada pela Resolução 329/2013 e 392/2015, 419/16, 427/17 e 430/17, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, são estabelecidas regras para constituição de provisões técnicas. Tais regras exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela RN para cobrir as contraprestações.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

l) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros” pelo método de custo amortizado.

m) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (IAS 37).

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; a similaridade com processos anteriores; a complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

n) Tributos diretos

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Os passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

O Grupo Notre Dame Intermédica adota duas sistemáticas para a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social o Lucro Real, após o Lucro Líquido são realizados ajustes conforme legislação vigente para a determinação da Base de Cálculo do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

Imposto de renda e contribuição social - diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios, e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em Controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo;

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal);

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimento em Controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22 / IFRIC 23)

Em dezembro de 2018, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Deliberação nº 804/18, aprovou a ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, que equivale à IFRIC23. A interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro.

A ICPC 22 não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. São abordados especificamente:

- se a Companhia e suas Controladas consideram tratamentos tributários incertos separadamente;
- as suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- como a Companhia determina lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas dos impostos;
- como a Companhia considera as mudanças nos fatos e nas circunstâncias.

A Administração avaliou os procedimentos adotados para cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, corrente e

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

diferidos da Companhia e de suas Controladas e concluiu que é provável a aceitação pelas autoridades fiscais e, portanto, sem impacto na aplicação dessa interpretação nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

o) Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários

A Companhia concede a certos executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidos imediatamente no balanço patrimonial, com correspondente débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorra. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

- a data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços; e
- a data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do resultado.

Os participantes do plano de benefícios pós-emprego se restringem a certos executivos da Companhia e suas Controladas.

p) Arrendamentos

A IFRS 16/ CPC 06 (R2) substitui as orientações existentes na IAS 17/ CPC 06 (R1) e as correspondentes interpretações e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamentos, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo:

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais e moveis de escritório) e;
- arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

De acordo com a IAS 17/ CPC 06 (R1), todos os pagamentos de arrendamentos operacionais eram apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. Atualmente, de acordo com a IFRS 16 / CPC 06 (R2), os pagamentos de arrendamentos que são parte do escopo da IFRS 16 / CPC 06 (R2) são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades de financiamento.

Consequentemente, as novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. A mudança na definição de um arrendamento se refere principalmente ao conceito de controle. A IFRS 16 /CPC 06 (R2) determina se um contrato contém um arrendamento com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para tal, a Administração da Companhia, com o auxílio de especialistas, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando se há ou não, arrendamento de acordo com a IFRS 16/CPC 06(R2).

A Companhia, com base em avaliações, identificou que o maior impacto produzido por essa norma foi relacionado ao reconhecimento no balanço patrimonial do direito de uso e passivos de arrendamento dos contratos de imóveis locados de terceiros, veículos e equipamentos, com prazos de vigência superiores a 12 meses enquadrados nos critérios estabelecidos pela norma.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a rerepresentação de períodos comparativos. A Companhia optou por não utilizar o expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento na transição para a IFRS 16.

Não foi realizado o reconhecimento contábil daqueles contratos de itens de baixo valor e com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da aplicação inicial da nova norma.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- Utilização de uma única taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Nesse sentido, obteve-se a taxa incremental de captação, mensurada em 1º de janeiro de 2019, aplicável a cada uma das carteiras de ativos arrendados. Por meio dessa metodologia, a Companhia separou os arrendamentos em 2 categorias: Edificações e Terrenos, com uma taxa média ponderada de CDI + 1% a.a. e, para as demais classes de ativo, a Companhia adotou uma taxa média de desconto de 80% da TJLP + 3,2% a.a., equivalente ao Finame.
- Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso.
- Utilização de percepção tardia para determinação do prazo do arrendamento, naqueles casos em que o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão.
- O arrendatário pode optar, para cada classe de ativo subjacente, por não separar os componentes do arrendamento de quaisquer componentes de não arrendamento associados.

Em decorrência dos fatos acima, os impactos do reconhecimento dos ativos e passivos arrendados, na Companhia, na data inicial de adoção estão apresentados abaixo:

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	31 de dezembro de 2019 sem efeito da IFRS16	Efeito reversão CPC06(R1) / IAS17	Efeito adoção CPC06(R2) / IFRS16	Consolidado 31 de dezembro de 2019 com efeito da IFRS16
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do período	568.584	45.501	(58.349)	555.736
Depreciação direito de uso	-	-	49.786	49.786
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido	324.154	23.440	(30.059)	317.535
Juros sobre arrendamentos	-	-	38.622	38.622
Outros	196	396	(758)	(166)
Baixa direito de uso/arrendamentos	-	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	276.649	69.337	(758)	345.228
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.812.988)	-	-	(1.812.988)
Arrendamentos pagos - principal	-	-	(29.957)	(29.957)
Arrendamentos pagos - juros	-	-	(38.622)	(38.622)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	4.711.521	69.337	(69.337)	4.711.521
Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa do período	3.243.761	-	-	3.243.761
Caixa e equivalente de caixa no início do período	136.797	-	-	136.797
Caixa e equivalente de caixa no final do período	3.380.558	-	-	3.380.558

q) Lucro por ação

- Lucro básico

O cálculo do lucro básico por ação é elaborado por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela média ponderada das ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

- Lucro diluído

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

r) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que é aprovado em Assembleia.

s) Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia entende que o mesmo deve atender os requerimentos do CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47/IFRS15 – Contratos com clientes.

I. Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no subitem “Provisão de Contraprestação Não Ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa nº 22, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

II. Receitas de Contratos com Clientes

- Prestação de serviços

A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

Contraprestação variável

A Companhia possuiu dois tipos de glosas:

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;
- externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e que por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a IFRS 15.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

Sobre o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir e, dependendo do método, a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

- O valor esperado: é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares;
- O valor mais provável: é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação;
- Variável: se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

III. Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

t) Segmentação

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia e suas Controladas responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

As informações por segmento da Companhia estão basicamente segregadas em:

- (i) saúde – prestação de serviços nos campos da medicina, medicina social, hospitalar e ocupacional.
- (ii) odontológico – prestação de serviço no campo de odontologia.

Apresentamos o detalhamento na nota explicativa nº 31.

u) Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test – LAT)

O CPC 11/IFRS4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das Demonstrações Financeiras por meio de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Quando é identificada qualquer insuficiência, a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotados pela Companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixa a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecidas por fontes oficiais.

O cálculo do LAT considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

v) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida.

Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição.

As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada um ativo ou um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao se apurar o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

5. Combinação de negócios

5.1. Aquisição Grupo Green Line

Em 24 de janeiro de 2019 o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição do Grupo Green Line e assumiu o controle das empresas Green Line Sistema de Saúde S.A., Laboratório Bio Master Ltda., Hospital e Maternidade Braz Ltda. e Pronto Socorro Itamaraty Ltda.

O valor da aquisição é de R\$ 1.168.425, conforme contrato assinado e foi pago em 24 de janeiro de 2019, sendo uma parcela à vista de R\$ 948.425, permanecendo uma parcela retida até 25 de janeiro de 2025 no montante de R\$ 220.000 para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Green Line.

Parcela à vista	948.425
Parcela retida ¹	220.000
Total contraprestação	1.168.425
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	(18.871)
Contraprestação líquida	1.149.554

A aquisição foi aprovada em 24 de janeiro de 2019. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou por meio do ofício nº 8/2019/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a aquisição do Grupo Green Line.

Em 14 de dezembro de 2018 a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) por meio do ato de concentração 08700.005704/2018-21.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo Green Line e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Grupo Green Line
Ativo	
Circulante	128.072
Caixa e equivalentes de caixa	1.776
Aplicações financeiras	93.836
Contas a receber de clientes	18.664
Estoques	8.699
Despesas de comercialização diferidas	5.013
Outros ativos circulante	84
Não circulante	965.412
Realizável a longo prazo	293.236
Impostos diferidos ativos	85.149
Ativo indenizatório	208.087
Imobilizado ²	465.456
Direito de uso	51.966
Intangível ³	154.754
Total do ativo	1.093.484
Passivo	
Circulante	252.134
Fornecedores	35.639
Salários a pagar	49.497
Tributos e encargos sociais a recolher	17.766
Empréstimos e financiamentos a pagar	772
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	136.226
Arrendamentos	5.105
Outros passivos circulantes	7.129
Não circulante	504.297
Tributos e encargos sociais a recolher	1.571
Empréstimos e financiamentos a pagar	11.565
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	30.904
Provisões para ações judiciais	356.661
Arrendamentos	46.861
Outros passivos não circulantes	56.735
Total do passivo	756.431
Total do ativo / passivo adquirido	337.053
Ágio gerado na transação	812.501
Total contraprestação líquida	1.149.554

¹ Parcela retida – o contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos a partir da data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação de 100% do CDI. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalecentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.

² Imobilizado – o ativo imobilizado adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R\$ 504.322, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma menos valia de R\$ 38.876. O valor justo do imobilizado na data de aquisição foi de R\$ 465.456.

³ Intangível – o ativo intangível adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R\$ 483, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais valia da carteira de R\$ 154.271. O valor justo do intangível na data de aquisição foi de R\$ 154.754.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Green Line (combinação de negócios) mensurados a valor justo, conforme elaboração de laudo emitido por Empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Green Line
Carteira de clientes	Método de renda	154.271
Imobilizado	Valor de mercado	465.456
Ágio	Valor justo	812.501

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia, foram alocados da seguinte forma:

Intangível	Valor alocado intangível	Vida útil
Carteira de clientes	154.271	10 a 13 anos
Total alocado	154.271	
Ágio não alocado	812.501	Indefinida
Total intangível	966.772	

Conforme disposto no contrato de compra e venda ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

O Grupo Green Line foi consolidado a partir de 1º de janeiro de 2019. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de janeiro de 2019 inclui o valor de receitas gerado pelo Grupo Green Line de R\$ 1.071.427. O Grupo Green Line também contribuiu com um lucro líquido de R\$ 76.397 no mesmo período.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

5.2. Aquisição Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda. (anteriormente AMIU – Assistência Médica Pediátrica de Urgência Ltda.)

Em 5 de abril de 2019 o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição do Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda. (anteriormente AMIU – Assistência Médica Pediátrica de Urgência Ltda.) e assumiu o controle da Empresa.

O valor da aquisição é de R\$ 31.778, conforme contrato assinado e foi pago em 3 de abril de 2019, sendo parcela à vista de R\$ 5.000 e 54 parcelas totalizando R\$ 14.778 líquidos dos juros (o valor justo da combinação de negócios foi de R\$ 16.800), As referidas parcelas foram liquidadas em 8 de agosto de 2019, permanecendo uma parcela retida até 5 de abril de 2025 no montante de R\$ 12.000 para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento, conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista	5.000
Parcela retida ¹	12.000
Parcelamento	14.778
Total contraprestação	<u>31.778</u>
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	<u>(884)</u>
Contraprestação líquida	<u><u>30.894</u></u>

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de Empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda. (anteriormente AMIU – Assistência Médica Pediátrica de Urgência Ltda.).

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

	Hospital Jacarepaguá
Ativo	
Circulante	1.785
Caixa e equivalentes de caixa	67
Contas a receber de clientes	1.718
Não circulante	2.050
Imobilizado ²	2.050
Total do ativo	3.835
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	9.919
Fornecedores	1.699
Salários a pagar	2.349
Tributos e encargos sociais a recolher	4.414
Empréstimos e financiamentos a pagar	723
Outros passivos circulantes	734
Não circulante	24.400
Tributos e encargos sociais a recolher	225
Provisões para tributos diferidos	14.877
Provisões para ações judiciais	8.110
Outros passivos não circulantes	1.188
Total do passivo	34.319
Total do ativo / passivo adquirido	(30.484)
Ágio gerado na transação	61.378
Total contraprestação líquida	30.894

¹ Parcela retida – o contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos a partir da data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação do IPCA. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalecentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.

² Imobilizado – o ativo imobilizado adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R\$ 22, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais valia de R\$ 2.028. O valor justo do imobilizado na data de aquisição foi de R\$ 2.050.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda. (anteriormente AMIU – Assistência Médica Pediátrica de Urgência Ltda.) (combinação de negócios), mensurados a valor justo, conforme elaboração de laudo emitido por Empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Hospital Jacarepaguá
Imobilizado	Valor de mercado	2.050
Ágio	Valor justo	61.378

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia, foram alocados da seguinte forma:

Intangível:	Valor alocado intangível	Vida útil
Ágio não alocado	61.378	Indefinida
Total intangível	61.378	

Conforme disposto no contrato de compra e venda ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermedica.

O Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda. (anteriormente AMIU – Assistência Médica Pediátrica de Urgência Ltda.) foi consolidado a partir de 1º de abril de 2019. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de abril de 2019 inclui o valor de receitas gerado pelo Hospital, de R\$ 29.996. O Hospital também contribuiu com um lucro líquido de R\$ 1.634 no mesmo período.

Se o Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda. (anteriormente AMIU – Assistência Médica Pediátrica de Urgência Ltda.) tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2019, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R\$ 38.645 e lucro líquido proforma de R\$ 781. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores da Empresa adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

5.3. Aquisição Grupo Mediplan

Em 29 de maio de 2019 o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição do Grupo Mediplan e assumiu o controle das empresas, Mediplan Assistencial Ltda, Hospital e Maternidade Samaritano Ltda. e Hospital Samaritano Ltda.

O valor da aquisição é de R\$ 306.532, conforme contrato assinado e foi pago em 29 de maio de 2019, sendo uma parcela à vista de R\$ 266.532 e permanecendo uma parcela retida no montante de R\$ 40.000 para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista	266.532
Parcela retida ¹	40.000
Total contraprestação	<u>306.532</u>
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	<u>(4.794)</u>
Contraprestação líquida	<u><u>301.738</u></u>

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Mediplan.

Em 23 de maio de 2019, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) por meio do ato de concentração 08700.005705/2018-5.

Em 22 de outubro de 2018, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou, por meio do ofício nº 83/2018/ASSNT – DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a aquisição do grupo Mediplan pelo Grupo Notre Dame Intermédica.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo Mediplan e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo	Grupo Mediplan
Circulante	25.946
Caixa e equivalentes de caixa	2.888
Aplicações financeiras	16.558
Contas a receber de clientes	4.911
Estoques	1.527
Outros ativos circulantes	62
Não circulante	122.545
Impostos diferidos ativos	12.153
Imobilizado ²	51.270
Intangível ³	59.122
Total do ativo	148.491
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	42.585
Fornecedores	7.628
Salários a pagar	7.394
Tributos e encargos sociais a recolher	2.033
Empréstimos e financiamentos a pagar	1.523
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	14.074
Outros passivos circulantes	9.933
Não circulante	60.884
Tributos e encargos sociais a recolher	27.890
Empréstimos e financiamentos a pagar	209
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	329
Provisões para ações judiciais	31.304
Outros passivos não circulantes	1.152
Total do passivo	103.469
Total do ativo / passivo adquirido	45.022
Ágio gerado na transação	256.716
Total contraprestação líquida	301.738

¹ Parcela retida – o contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos a partir da data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação de 90% do CDI. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.

² Imobilizado – o ativo imobilizado adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R\$ 31.392, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais valia de R\$ 19.877. O valor justo do imobilizado na data de aquisição foi de R\$ 51.270.

³ Intangível – o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais valia da carteira de R\$ 59.122. O valor justo do intangível na data de aquisição foi de R\$ 59.122.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Mediplan (combinação de negócios), mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por Empresa independente, as alocações são:

	Método de avaliação	Grupo Mediplan
Carteira de clientes	Método de renda	59.122
Imobilizado	Valor de mercado	51.270
Ágio	Valor justo	256.716

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia, foram alocados da seguinte forma:

Intangível	Valor alocado intangível	Vida útil
Carteira de clientes	59.122	10 a 16 anos
Total alocado	59.122	
Ágio não alocado	256.716	Indefinida
Total intangível	315.838	

Conforme disposto no contrato de compra e venda ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O Ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

O Grupo Mediplan foi consolidado a partir de 1º de maio de 2019. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de maio de 2019 inclui o valor de receitas gerado pelo Grupo, que foi de R\$ 228.687. O Grupo também contribuiu com um lucro de R\$ 29.561 no mesmo período.

Se o Grupo Mediplan tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2019, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R\$ 319.386 e um lucro líquido proforma de R\$ 30.767 Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das Empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

5.4. Aquisição Belo Dente Odontologia

Em 4 de julho de 2019 o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição e assumiu o controle da Empresa, Belo Dente Odontologia Ltda., localizada na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais.

O valor de aquisição foi de R\$ 80.000, conforme contrato assinado em 4 de julho de 2019, e foi paga uma parcela à vista de R\$ 64.000, permanecendo uma parcela retida no montante de R\$ 16.000, amortizada anualmente, no prazo de 6 anos da data de fechamento, conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista	64.000
Parcela retida ¹	16.000
Total contraprestação	80.000
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	(1.579)
Contraprestação líquida	78.421

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Belo Dente Odontologia Ltda.

Em 3 de julho de 2019 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou, por meio do ofício n° 74/2019/ASSNT – DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a aquisição da Belo Dente Odontologia Ltda.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir a Belo Dente Odontologia e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

	Belo Dente Odontologia
Ativo	
Circulante	14.704
Caixa e equivalentes de caixa	7
Aplicações financeiras	13.358
Contas a receber de clientes	1.211
Despesas antecipadas	5
Outros ativos circulantes	123
Não circulante	49.502
Impostos diferidos ativo	877
Depósitos judiciais	1.123
Propriedade para investimento	785
Imobilizado ²	437
Intangível ³	46.280
Total do ativo	64.206
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	7.209
Fornecedores	151
Obrigações trabalhistas	630
Obrigações tributárias	580
Provisões de imposto de renda e contribuição social	877
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	4.582
Outros passivos circulantes	389
Não circulante	1.285
Provisões para ações judiciais	1.285
Total do passivo	8.494
Total do ativo / passivo adquirido	55.712
Ágio gerado na transação	22.709
Total contraprestação líquida	78.421

¹ Parcela retida – o contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos após a data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada parcialmente. O valor será atualizado pela variação de 95% do CDI. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalecentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.

² Imobilizado – o ativo imobilizado adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R\$ 177, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais valia de R\$ 260. O valor justo do imobilizado na data de aquisição foi de R\$ 437.

³ Intangível – o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais valia da carteira no montante de R\$ 46.280.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis na aquisição da Belo Dente Odontologia (combinação de negócios), mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Belo Dente Odontologia
Carteira de clientes	Método de renda	46.280
Imobilizado	Valor de mercado	437
Ágio	Valor justo	22.709

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia, foram alocados da seguinte forma:

Intangível:	Valor alocado intangível	Vida útil
Carteira de clientes	46.280	3 a 11 anos
Total alocado	46.280	
Ágio não alocado	22.709	Indefinida
Total intangível	68.989	

Conforme disposto no contrato de compra e venda ficou definido que todos os passivos referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

A Belo Dente foi consolidada a partir de 1º de julho de 2019. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de julho de 2019 inclui o valor de receitas gerado pelo Grupo, que foi de R\$ 28.763. A Belo Dente também contribuiu com um lucro de R\$ 2.533 no mesmo período.

Se a Belo Dente tivesse sido consolidada a partir de 1º de janeiro de 2019, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R\$ 55.785 e lucro líquido proforma de R\$ 4.790. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores da Empresa adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

5.5. Aquisição Grupo Ghelfond

Em 28 de novembro de 2019 o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição e assumiu o controle do Grupo Ghelfond, composto pelas empresas Ghelfond Participações S.A., Dr. Ghelfond Diagnóstico Médico Ltda., Ultra Diagnóstico Ltda, Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda., Ecoimagem Diagnósticos por Ultra Som Ltda., Medix Diagnóstico Ltda., C&M Associados Serviços Médicos Ltda., Slim Bem Estar e Saúde Clínica Médica Ltda. localizado na região da Grande São Paulo, no estado de São Paulo.

O valor de aquisição foi de R\$ 158.552, conforme contrato assinado em 28 de novembro de 2019, e foi paga uma parcela à vista de R\$ 145.552, permanecendo uma parcela retida no montante de R\$ 10.000, e uma parcela intermediária no montante de R\$ 3.000 a ser liquidada após o fechamento de caixa líquido, amortizado anualmente, no prazo de 6 anos da data de fechamento, conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista	145.552
Parcela retida ¹	10.000
Parcela intermediária	3.000
Total contraprestação	<u>158.552</u>
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	(1.081)
Contraprestação líquida	<u>157.471</u>

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de Empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Ghelfond.

Em 11 de novembro de 2019 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou, por meio do ato de concentração nº 08700.004550/2019-31, a aquisição do Grupo Ghelfond.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir a Grupo Ghelfond e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

	Grupo Ghelfond
Ativo	
Circulante	12.794
Caixa e equivalentes de caixa	2.518
Aplicações financeiras	171
Contas a receber de clientes	9.980
Outros ativos circulante	125
Não circulante	104.380
Impostos diferidos ativo	4.966
Depósitos judiciais	1.173
Imobilizado ²	64.931
Direitos de uso	13.244
Intangível	20.066
Total do ativo	117.174
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	36.023
Fornecedores	6.359
Salários a pagar	6.928
Tributos e encargos sociais a recolher	3.851
Empréstimos e financiamentos a pagar	13.892
Arrendamentos	2.492
Outros passivos circulante	2.501
Não circulante	77.845
Tributos e encargos sociais a recolher	9.418
Empréstimos e financiamentos a pagar	36.510
Provisões para ações judiciais	2.090
Arrendamentos	10.752
Outros passivos não circulante	19.075
Total do passivo	113.868
Total do ativo / passivo adquirido	3.306
Ágio gerado na transação	154.165
Total contraprestação líquida	157.471

¹ Parcela retida – o contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos após a data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada parcialmente. O valor será atualizado pela variação de 105% do CDI. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalecentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.

² Imobilizado – o ativo imobilizado adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R\$ 43.227, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais valia de R\$ 21.704. O valor justo do imobilizado na data de aquisição foi de R\$ 64.931.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis na aquisição do Grupo Ghelfond (combinação de negócios), mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por Empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Grupo Ghelfond
Imobilizado	Valor de mercado	64.931
Ágio	Valor justo	154.165

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia, foram alocados da seguinte forma:

	Valor alocado intangível	Vida útil
Intangível: Ágio não alocado	154.165	Indefinida

Conforme disposto no contrato de compra e venda ficou definido que todos os passivos referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, esses valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

O Grupo Ghelfond foi consolidado a partir de 1º de novembro de 2019. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de novembro de 2019 inclui o valor de receitas gerado pelo Grupo, que foi de R\$ 19.652. O Grupo Ghelfond também contribuiu com um lucro de R\$ 8.339 no mesmo período.

Se a Grupo Ghelfond tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2019, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R\$ 137.265 e prejuízo líquido proforma de R\$ (2.706). Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das Empresas adquiridas e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

5.6. Aquisição Grupo SMEDSJ

Em 18 de novembro de 2019 o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição e assumiu o controle do Grupo SMEDSJ, composto pelas empresas SMEDSJ – Serviços Médicos São José Ltda e Nanci & Cia Ltda, localizado na cidade de São Gonçalo, no estado de Rio de Janeiro.

O valor de aquisição foi de R\$ 113.455, conforme contrato assinado em 18 de novembro de 2019, e foi paga uma parcela à vista de R\$ 88.455, permanecendo uma parcela retida no montante de R\$ 25.000, amortizado anualmente, no prazo de 6 anos da data de fechamento, conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista	88.455
Parcela retida ¹	25.000
Total contraprestação	<u>113.455</u>
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	(3.612)
Contraprestação líquida	<u>109.843</u>

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou o laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Grupo SMEDSJ.

Em 3 de outubro de 2019 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou, por meio do ato de concentração n° 08700.004631/2019-31, a aquisição do Grupo SMEDSJ.

Em 11 de novembro de 2019 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou, por meio do ofício n° 122/2019/ASSNT – DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a aquisição do Grupo SMEDSJ.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo São José e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição;

	Grupo São José
Ativo	
Circulante	21.881
Caixa e equivalentes de caixa	2.370
Aplicações financeiras	17.083
Contas a receber de clientes	1.661
Estoques	568
Créditos tributários e previdenciários	51
Outros ativos circulante	148
Não circulante	22.390
Impostos diferidos ativo	3.796
Depósitos judiciais	653
Outros ativos não circulante	5.317
Imobilizado ²	3.666
Intangível	8.958
Total do ativo	44.271
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	17.217
Fornecedores	2.256
Salários a pagar	4.791
Tributos e encargos sociais a recolher	1.698
Empréstimos e financiamentos a pagar	12
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8.364
Arrendamentos	72
Outros passivos circulante	24
Não circulante	10.978
Tributos e encargos sociais a recolher	9
Provisões para ações judiciais	10.491
Arrendamentos	212
Outros passivos não circulante	266
Total do passivo	28.195
Total do ativo/passivo adquirido	16.076
Ágio gerado na Transação	93.767
Total Contraprestação líquida	109.843

¹ Parcela retida – o contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos após a data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada parcialmente. O valor será atualizado pela variação de 100% do CDI. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalecentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.

² Imobilizado – o ativo imobilizado adquirido na Combinação de Negócios ao custo de R\$ 2.836, o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais valia de R\$ 830. O valor justo do imobilizado na data de aquisição foi de R\$ 3.666.

³ Intangível – o laudo de avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis identificou uma mais valia da carteira no montante de R\$ 8.958.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis na aquisição do Grupo SMEDSJ (combinação de negócios), mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por Empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Grupo São José
Carteira de clientes	Método de renda	8.958
Imobilizado	Valor de mercado	3.666
Ágio	Valor justo	93.767

Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia, foram alocados da seguinte forma:

	Valor alocado intangível	Vida útil
Intangível:		
Carteira de clientes	8.958	3 a 16 anos
Total alocado	8.958	
Ágio não alocado	93.767	Indefinida
Total intangível	102.725	

Conforme disposto no contrato de compra e venda ficou definido que todos os passivos referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, esses valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

O Grupo SMEDSJ foi consolidado a partir de 1º de novembro de 2019. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de novembro de 2019 inclui o valor de receitas gerado pelo Grupo, que foi de R\$ 18.757. O Grupo SMEDSJ também contribuiu com um lucro de R\$ 1.716 no mesmo período.

Se a Grupo SMEDSJ tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2019, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R\$ 70.360 e lucro líquido proforma de R\$ 5.247. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquiridas e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

6. Gerenciamento de riscos

A Companhia detém o controle em empresas que operam exclusivamente com planos de saúde, redes próprias (hospitais e pronto atendimento) e odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e individuais. Os principais riscos

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia e suas Controladas estão expostas aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber de clientes) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia e suas Controladas monitoram permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com as deliberações do CPC 01 – Redução ao valor recuperável e do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia e suas Controladas procuram priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicações de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pela RN 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

b. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Companhia e de suas Controladas, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia e suas Controladas procuram mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e pela manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Para isso, a Companhia e suas Controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

b.1 Gerenciamento do risco de liquidez

Liquidez	Disponível e aplicações financeiras	Consolidado			
		2019		31 de dezembro de 2018	
		Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Imediata	Aplicações de liquidez imediata	3.330.316	72,16%	112.592	10,51%
De 31 a 120 dias	Certificado de depósitos bancários - CDB - pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros	95.096	2,06%	270.200	25,21%
De 31 a 120 dias	Letras financeiras do Tesouro - LFT	-	-	18.773	1,75%
De 31 a 120 dias	Letras financeiras - LF	170.231	3,69%	221.140	20,64%
De 121 a 240 dias	Certificado de depósitos bancários - CDB - pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros	230.726	5,00%	170.801	15,94%
De 121 a 240 dias	Letras financeiras - LF	-	-	-	-
De 241 a 360 dias	Letras financeiras do Tesouro - LFT	26.175	0,57%	-	-
De 241 a 360 dias	Certificado de depósitos bancários - CDB - pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros	529.691	11,48%	-	-
De 241 a 360 dias	Letras financeiras - LF	21.682	0,47%	54.761	5,11%
Acima de 361 dias	Certificado de depósitos bancários - CDB - pós, debêntures compromissadas, fundos de renda fixa abertos e outros	1.034	0,02%	42.543	3,97%
Acima de 361 dias	Letras Tesouro Nacional - LTN	112.451	2,44%	-	-
Acima de 361 dias	Letras financeiras do Tesouro - LFT	98.040	2,12%	-	-
Acima de 361 dias	Letras Financeiras - LF	-	-	180.838	16,87%
		4.615.442	100%	1.071.648	100%

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pela RN 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, as Controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Mediplan Assistência Ltda, Belo Dente Odontologia Ltda. e SMEDSJ – Serviços Médicos São José Ltda., mantêm aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das reservas técnicas no montante de R\$ 678.595 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 560.743 em 31 de dezembro de 2018).

b.2 Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Assets and Liabilities Management*). Essa metodologia consiste em um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com certo nível de risco.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

c. Risco cambial

Aplicações Financeiras

A exposição da Companhia e de suas Controladas ao risco de variação nas taxas de câmbio afeta principalmente as aplicações financeiras em fundo cambial. A variação no câmbio pode afetar ainda o resultado financeiro da Companhia e de suas Controladas em função da variação da moeda estrangeira na qual a aplicação se baseia. A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde tem exposição ao risco de variação cambial em aplicações financeiras, porém essa exposição não gera impacto relevante no resultado da Controladora e no consolidado da Companhia, uma vez que o montante registrado na rubrica de fundos cambiais é de R\$ 1.075 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.114 em 31 de dezembro de 2018).

d. Risco de Seguro

O modelo de negócio das Controladas da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que no segmento odontológico o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Companhia e suas Controladas também analisam o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos a Companhia e suas Controladas monitoram a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação à sua rentabilidade.

e. Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e captação de debêntures.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia e suas Controladas adotam a política de aplicação em títulos pós-fixados para a maior parte das aplicações.

A ANS por meio da RN 419/16 em consonância com a Resolução do CMN nº 4.444 de 13 de novembro de 2015, estabelece nas operadoras de saúde a diversificação de suas aplicações para ativos dados em garantia de reservas técnicas e, diante desta requisição, as Operadoras da Companhia têm efetuado aplicação em títulos públicos pré e pós-fixados.

O portfólio financeiro da Companhia e suas Controladas está, em sua quase totalidade, exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico – Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o restante indexado à taxa SELIC.

A Companhia e suas Controladas no período não contrataram nenhuma operação de contratos indexados a outras moedas/taxas, exceto pelos itens mencionados nas notas explicativas nº6.c e 6.e. (análise de sensibilidade).

A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 8.

As Controladas diretas e indiretas da Companhia possuem captação em empréstimos e financiamentos e debêntures, ficando expostas à variação da taxa CDI + *spread*. A composição dos empréstimos e financiamentos e das debêntures está sendo apresentada nas notas explicativas nº 20 e 21, respectivamente.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade, a Companhia e suas Controladas adotaram taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas Informações Financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas. Na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas e diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra a simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2019:

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Controladora													
31 de dezembro de 2019													
	Indexador	Risco	% - a.a. ¹	R\$	Provável	Redução dos juros			Aumento de juros				
						Taxa	-25%	Taxa	-50%	Taxa	+25%	Taxa	+50%
Outros Passivos													
Obrigações contratuais	CDI	Alta CDI	4,59%	(14.671)	(673)	3,44%	(505)	2,30%	(337)	5,74%	(842)	6,89%	(1.011)
Obrigações contratuais	IPCA	Alta IPCA	4,31%	(10.514)	(453)	3,23%	(340)	2,16%	(227)	5,39%	(567)	6,47%	(680)
				(25.185)	(1.126)		(845)		(564)		(1.409)		(1.691)
Consolidado													
30 de setembro de 2019													
	Indexador	Risco	% - a.a. ¹	R\$	Provável	Redução dos juros			Aumento de juros				
						Taxa	-25%	Taxa	-50%	Taxa	+25%	Taxa	+50%
Aplicações financeiras													
CDBs	CDI	Baixa CDI	4,59%	632.364	29.026	3,44%	21.753	2,30%	14.544	5,74%	36.298	6,89%	43.570
LFTs	Selic	Baixa Selic	4,50%	124.215	5.590	3,38%	4.198	2,25%	2.795	5,63%	6.993	6,75%	8.385
Fundo de renda fixa abertos	CDI	Baixa CDI	4,59%	212.464	9.752	3,44%	7.309	2,30%	4.887	5,74%	12.195	6,89%	14.639
Operações compromissadas	CDI	Baixa CDI	4,59%	10.603	487	3,44%	365	2,30%	244	5,74%	609	6,89%	731
LFs	CDI	Baixa CDI	4,59%	191.913	8.809	3,44%	6.602	2,30%	4.414	5,74%	11.016	6,89%	13.223
Outros	Selic	Baixa Selic	4,50%	41	2	3,38%	1	2,25%	1	5,63%	2	6,75%	3
				1.171.600	53.666		40.228		26.885		67.113		80.551
Empréstimos e financiamentos													
Emprestimo Citibank	85% CDI+1,955% a.a.	Alta CDI	5,93%	(202.295)	(11.996)	4,94%	(9.993)	3,95%	(7.991)	6,93%	(14.019)	7,93%	(16.042)
BNDES	CDI	Alta CDI	4,59%	(1.590)	(73)	3,44%	(55)	2,30%	(37)	5,74%	(91)	6,89%	(110)
Leasing	CDI	Alta CDI	4,59%	(4.011)	(184)	3,44%	(138)	2,30%	(92)	5,74%	(230)	6,89%	(276)
Capital de giro	CDI	Alta CDI	4,59%	(46.868)	(2.151)	3,44%	(1.612)	2,30%	(1.078)	5,74%	(2.690)	6,89%	(3.229)
Outros	CDI	Alta CDI	4,59%	(1.078)	(49)	3,44%	(37)	2,30%	(25)	5,74%	(62)	6,89%	(74)
				(255.842)	(14.453)		(11.835)		(9.223)		(17.092)		(19.731)
Debêntures													
Debêntures - BCBF (2ª)	CDI + 2,25% a.a.	Alta CDI	6,94%	(184.182)	(12.782)	5,77%	(10.627)	4,60%	(8.472)	8,12%	(14.956)	9,30%	(17.129)
Debêntures - BCBF (3ª)	CDI + 1,75% a.a.	Alta CDI	6,42%	(921.509)	(59.161)	5,25%	(48.379)	4,09%	(37.690)	7,59%	(69.943)	8,76%	(80.724)
Debêntures - Notre Dame (3ª)	100% Taxa DI + 1,6% a.a.	Alta CDI	6,26%	(816.406)	(51.107)	5,10%	(41.637)	3,94%	(32.166)	7,43%	(60.659)	8,60%	(70.211)
				(1.922.097)	(123.050)		(100.643)		(78.328)		(145.558)		(168.064)
Outros Passivos													
Obrigações Contratuais	100% do CDI	Alta CDI	4,59%	(32.775)	(1.504)	3,44%	(1.127)	2,30%	(754)	5,74%	(1.881)	6,89%	(2.258)
Obrigações Contratuais	105% do CDI	Alta CDI	4,82%	(8.935)	(431)	3,61%	(323)	2,42%	(216)	6,03%	(539)	7,23%	(646)
Obrigações Contratuais	90% do CDI	Alta CDI	4,13%	(34.472)	(1.424)	3,10%	(1.069)	2,07%	(714)	5,17%	(1.782)	6,20%	(2.137)
Obrigações Contratuais	95% do CDI	Alta CDI	4,36%	(34.932)	(1.523)	3,27%	(1.142)	2,19%	(765)	5,45%	(1.904)	6,55%	(2.288)
Obrigações Contratuais	CDI	Alta CDI	4,59%	(362.304)	(16.630)	3,44%	(12.463)	2,30%	(8.333)	5,74%	(20.796)	6,89%	(24.963)
Obrigações Contratuais	IPCA	Alta IPCA	4,31%	(10.514)	(453)	3,23%	(340)	2,16%	(227)	5,39%	(567)	6,47%	(680)
				(483.932)	(21.965)		(16.464)		(11.009)		(27.469)		(32.972)

¹ A coluna % a.a (cenário provável) as taxas foram obtidas no site do Bradesco - Projeção Bradesco Longo Prazo publicada em 10 de janeiro de 2020.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras de liquidez imediata têm conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a um significativo risco de mudança de valor, e a Companhia e suas Controladas têm o direito de resgate imediato.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	14.828	33	50.242	24.205
Aplicações de liquidez imediata	3.202.682	-	3.330.316	112.592
	3.217.510	33	3.380.558	136.797

8. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

Valor justo por meio do resultado	Níveis	Consolidado					
		31 de dezembro de					
		2019		2018			
Vencimentos		Valor		Valor		Valor	
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	1	26.175	98.040	124.215	124.215	61.316	61.316
Letras Tesouro Nacional - LTN (i)	1	-	112.451	112.451	112.451	-	-
Certificado Depósitos Bancários – CDB (ii)	2	631.653	711	632.364	632.364	541.106	541.106
Operações compromissadas (iii)	2	10.603	-	10.603	10.603	6	6
Fundos de renda fixa abertos (iv)	2	212.214	250	212.464	212.464	174.567	174.567
Fundo cambial (iv)	2	1.075	-	1.075	1.075	1.114	1.114
Letras Financeiras - LF (v)	2	191.913	-	191.913	191.913	180.838	180.838
Outros títulos de renda fixa	2	41	-	41	41	109	109
Total		1.073.674	211.452	1.285.126	1.285.126	959.056	959.056
				Circulante	1.285.126		930.578
				Não circulante	-		28.478

- Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.
- A Companhia e suas Controladas adotam as políticas de aplicações em títulos majoritariamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em Certificados de Depósito Bancário – CDBs com liquidez imediata.
- Operações compromissadas lastreadas em debêntures com os seguintes emissores: Banco Itaú e Banco Santander.
- Os fundos são administrados pelo banco: Banco Itaú.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- v. As operações com Letras Financeiras foram contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo em títulos pós-fixados atrelados ao CDI – Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez de 2 anos.

As aplicações têm remuneração diária vinculada às taxas CDI, com vencimentos variáveis até setembro de 2025.

As aplicações da Companhia e suas Controladas estão classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. Independentemente do vencimento, a Companhia e suas Controladas contabilizam as aplicações financeiras no ativo circulante (com exceção da aplicação vinculada à obrigação contratual, que é registrada no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018).

A classificação de rating por instituições financeiras para os CDBs é como segue:

Emissores	31 de dezembro de 2019	Rendimento % em do CDI	Rating Nacional - Longo Prazo ¹	31 de dezembro de 2018	Rendimento % em do CDI
Banco Santander (Brasil) S.A.	29.680	100,50%	A(bra)	167.094	97,00%
Banco Bradesco S.A.	395.792	98,33%	brAAA	111.866	100,25%
Caixa Econômica Federal	-	-	brAAA	12.910	98,25%
Itaú Unibanco S.A.	1.509	95,00%	brAAA	38.492	97,00%
Votorantim S.A.	595	1,01%	brBBB-	209.686	99,10%
Banco Safra S.A.	179.621	100,00%	brAAA	663	100,00%
Banco Daycoval S.A.	93	100,00%	AA(bra)	-	-
Banco GMAC S.A.	24.869	102,50%	brAAA	-	-
Banco Mercantil do Brasil	-	-	BB-(bra)	395	102,50%
Banco do Brasil S.A.	205	86,00%	BB-(bra)	-	-
	632.364	-		541.106	

Fonte: Agência de risco Fitch Ratings (quando disponível) e Banco Santander, consultado em 19 de janeiro de 2020.

Movimentação das aplicações financeiras

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	2018
Saldo inicial do exercício	959.056	1.236.194
Saldo adquirido	141.006	43.903
Aplicações	7.549.906	5.872.029
Resgates	(7.448.872)	(6.265.309)
Receitas (despesas) com variação cambial	657	226
Resultado financeiro	82.856	72.033
Ajuste a valor de mercado	517	(20)
Saldo final do exercício	1.285.126	959.056

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros são definidos pelo administrador e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

9. Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes se refere às operações com plano de saúde e de serviços relacionados à assistência à saúde, gerados pelas operações de suas Controladas.

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Contas a receber de clientes referentes a:		
Planos de assistência à saúde	221.367	178.671
Assistência à saúde não relacionadas com planos de assistência à saúde	271.402	153.651
	492.769	332.322

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição das contas a receber de clientes era:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	258.171	212.087
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(36.804)	(33.416)
	221.367	178.671
	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	279.562	168.224
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(8.160)	(14.573)
	271.402	153.651
Contas a receber de clientes	492.769	332.322

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2019		
	Saldo	Perda de recuperabilidade sobre créditos	Saldo líquido
<u>A vencer:</u>			
De 1 a 30 dias	97.380	(5.389)	91.991
Acima de 30 dias	18.500	(1)	18.499
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	55.565	(1.537)	54.028
De 31 a 90 dias	63.418	(6.569)	56.849
Acima de 90 dias	23.308	(23.308)	-
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	258.171	(36.804)	221.367

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2018		
	Saldo	Perda de recuperabilidade sobre créditos	Saldo líquido
<u>A vencer:</u>			
De 1 a 30 dias	100.826	(195)	100.631
Acima de 30 dias	16.071	(3.500)	12.571
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	41.190	(937)	40.253
De 31 a 90 dias	32.301	(7.085)	25.216
Acima de 90 dias	21.699	(21.699)	-
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	212.087	(33.416)	178.671

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2019		
	Saldo	Perda de recuperabilidade sobre créditos	Saldo líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	39.738	(2.063)	37.675
Acima de 30 dias	84.656	(10)	84.646
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	35.492	(17)	35.475
De 31 a 90 dias	113.810	(204)	113.606
Acima de 90 dias	5.866	(5.866)	-
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	279.562	(8.160)	271.402

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2018		
	Saldo	Perda de recuperabilidade sobre créditos	Saldo líquido
A vencer:			
De 1 a 30 dias	31.329	(278)	31.051
Acima de 30 dias	28.703	(6)	28.697
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	11.413	(78)	11.335
De 31 a 90 dias	62.515	(4.401)	58.114
Acima de 90 dias	34.264	(9.810)	24.454
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	168.224	(14.573)	153.651

Movimentação do contas a receber de clientes:

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	178.671	141.962
Saldo adquirido	21.473	14.233
Contraprestações líquidas	7.741.757	5.659.579
Recebimentos	(7.656.031)	(5.584.366)
Reversão (Constituição) de perda de recuperabilidade sobre créditos	16.010	(9.724)
(-) Perda efetiva com créditos	(80.513)	(43.013)
Saldo no final do exercício	221.367	178.671

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Movimentação do contas a receber de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora:

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	153.651	124.449
Saldo adquirido	16.672	17.766
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	670.912	623.156
Co-participação	141.622	124.647
Recebimentos	(699.204)	(722.798)
(-) Efeito CPC47 / IFRS15 - adoção inicial	-	(8.674)
(-) Provisão de glosa esperada	(9.509)	(11.216)
Reversão (Constituição) de perda de recuperabilidade sobre créditos	(1.901)	10.919
(-) Perda efetiva com créditos	(841)	(4.598)
Saldo no final do exercício	271.402	153.651

Movimentação da perda de recuperabilidade sobre créditos:

	Consolidado		
	Planos de saúde	Não relacionado com plano de saúde	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(33.416)	(14.573)	(47.989)
Saldo adquirido	(16.925)	2.715	(14.210)
Reclassificação	(3.017)	3.017	-
Constituições	(405.787)	(81.538)	(487.325)
Reversões	422.341	82.208	504.549
Saldo em 30 de dezembro de 2019	(36.804)	(8.171)	(44.975)

O montante R\$ 544 relacionado com plano de saúde e R\$ 2.571 não relacionado com plano de saúde, se refere a reversão de fatura da empresa incorporada SAMCI/IBRAGE na rubrica “outras receitas líquidas”.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

10. Despesas de comercialização diferidas

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou com a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta “Despesas de comercialização diferidas” no ativo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	256.310	222.845
Saldo adquirido	5.013	-
Constituições	334.561	179.182
(-) Amortização	(231.051)	(145.717)
Saldo no final do exercício	364.833	256.310
Ativo circulante	186.085	143.583
Ativo não circulante	178.748	112.727

11. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de Renda	7.438	9.099	58.672	30.000
Contribuição Social sobre o Lucro	-	297	12.137	8.302
Imposto de Renda retido na fonte	15.451	5.306	23.076	17.802
Crédito de previdência social	-	-	17.740	1.049
Créditos de PIS e COFINS	-	-	7.288	4.051
Crédito de ISS	-	-	784	482
Créditos tributários e previdenciários	22.889	14.702	119.697	61.686

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

12. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Depósito judicial ISS – SP (a)	-	-	258.215	181.412
Contas a receber c/partes relacionadas (e)	-	12.650	-	12.650
Adiantamento de comissões	-	-	-	1.209
Adiantamento a fornecedores	34	4.981	19.787	39.402
Adiantamento a funcionários	200	-	12.615	7.127
Outros títulos a receber	-	9.600	12.078	25.263
Adiantamento de processos judiciais	-	-	10.073	-
Manutenção de softwares a amortizar (d)	-	-	8.176	6.596
Despesas Antecipadas	-	-	348	-
Circulante	234	27.231	321.292	273.659
Crédito a receber - indenizações (b)	-	-	511.679	141.961
Contas a receber c/partes relacionadas (e)	-	-	320.468	171.776
Contas a receber de planos de saúde	-	-	7.128	12.264
Ativos Indenizatórios (c)	-	-	76.714	-
Depósitos caução	-	-	2.595	2.488
Bloqueios judiciais	-	-	5.277	2.122
Outros	-	-	7.650	5.777
Não circulante	-	-	931.511	336.388
	234	27.231	1.252.803	610.047

- (a) Refere-se a depósitos judiciais relativos ao Imposto sobre Serviços (ISS). O valor depositado é relacionado à provisão demonstrada na nota explicativa nº 19. Em virtude de o depósito ser realizado na data de vencimento do tributo, ou seja, no mês subsequente ao da provisão, há um descasamento entre o depósito judicial e a provisão.
- (b) Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato serão de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores serão reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.
- (c) Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, foi firmado entre os antigos sócios do Grupo Green Line e o Grupo Notre Dame Intermédica que determinadas circunstâncias são passíveis de indenizar caso eventuais obrigações que venham ocorrer.

A contrapartida foi reconhecida no passivo na linha de provisões para ações judiciais conforme nota explicativa nº 24.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

(d) A Companhia efetuou pagamentos de serviços de dados com vigência de 12 meses, que serão apropriados ao resultado ao decorrer de sua competência.

(e) O saldo de contas a receber com partes relacionadas é composto como segue:

- (i) Em 15 de dezembro de 2017, a Controlada BCBF celebrou contrato de mútuo com seu executivo. O contrato com vencimento em julho de 2019 foi quitado antecipadamente em abril de 2019, tendo sido corrigido pelo IPCA e acrescido de juros de 3% a.a.
- (ii) Refere-se as indenizações à Notre Dame Intermédica Saúde S.A. pelos desembolsos decorridos de ações jurídicas que são de responsabilidade da Notre Dame Intermédica Participações S.A. O ressarcimento deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, vide nota explicativa nº 32.

13. Impostos de Renda e Contribuição Social

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
<u>Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:</u>		
Provisões para ações judiciais (Contingência cíveis, fiscais e trabalhistas)	173.789	81.914
Provisão para perdas sobre crédito	34.493	24.402
Provisão de eventos do SUS	78.694	43.005
Crédito fiscal sobre diferença de base do ágio apurado na aquisição	154.413	210.301
Provisão Infrações ANS	3.945	3.658
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial arrendamento mercantil (CPC6 (R2)/IFRS16	6.597	-
Outras adições	23.726	15.324
Imposto diferido ativo	475.657	378.604
<u>Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:</u>		
Depreciações e amortizações	(7.752)	(6.869)
Correção monetária de depósito judiciais	(27.358)	(25.431)
Amortização do intangível para fins fiscais	(2.176)	(2.210)
Passivo fiscal diferido sobre ágio apurado na aquisição de empresa	(41.485)	-
Passivo fiscal diferido sobre ágio apurado na incorporação	(65.871)	(35.290)
Outros	(13.845)	(10.685)
Imposto diferido passivo	(158.487)	(80.485)
Total do imposto diferido líquido (ativo e passivo)	317.170	298.119

O imposto de renda diferido ativo prevê a seguinte realização:

	Consolidado										
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total
	50.141	63.007	63.007	63.007	63.007	44.992	32.124	32.124	32.124	32.124	475.657

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019, as Controladas da Companhia haviam realizado, para fins fiscais, amortização de ágio no montante de R\$ 1.253.058, gerando aproveitamento de créditos fiscais no valor de R\$ 426.642 desde a constituição, equivalente a 61,65% do valor total do crédito fiscal, estando em conformidade com o estudo técnico e com o plano de negócios e projeções da Administração.

A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do período é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos impostos	555.736	461.875	873.271	688.000
À alíquota fiscal de 34%	(188.950)	(157.038)	(296.912)	(233.920)
Equivalência patrimonial	227.057	162.100	-	-
Remuneração variável dos administradores	-	-	(7.826)	(7.759)
Prejuízo fiscal da Companhia e suas controladas sem constituição de imposto diferido	(1.635)	-	(3.671)	(3.482)
Juros Sobre o Capital Próprio	(33.830)	(12.053)	-	-
Outras exclusões (adições) permanentes	(2.642)	6.699	(9.126)	18.744
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social apresentada na demonstração do resultado	-	(292)	(317.535)	(226.417)
Despesa de Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	(292)	(268.143)	(131.320)
Despesa de Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	-	(49.392)	(95.097)
À alíquota efetiva	-	-	41%	33%
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos				
O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos se referem a:				
Imposto de Renda diferido sobre a diferença de base do ágio	-	-	(86.470)	(90.515)
Provisão para ações judiciais	-	-	(3.204)	4.216
Provisão para perda	-	-	(797)	12.994
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS	-	-	36.186	5.706
Correção monetária de depósitos judiciais	-	-	(1.926)	(3.504)
Outros	-	-	6.819	(23.994)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-	-	(49.392)	(95.097)

14. Depósitos judiciais e fiscais

Destacamos a seguir para a Companhia e suas Controladas a origem dos depósitos judiciais:

	31 de dezembro de 2018		Adições/(baixas) depósitos		Atualizações		Consolidado 31 de dezembro de 2019
	Saldo	adquirido					
Fiscais	93.161	22	5.903	1.595			100.681
Trabalhistas	25.985	-	(1.607)	1.366			25.744
Cíveis	55.165	2.354	(2.872)	390			55.037
Depósitos judiciais – SUS	91.132	577	138.692	5.447			235.848
	265.443	2.953	140.116	8.798			417.310

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	31 de dezembro de		Adições/(baixas)			Consolidado
	2017	Saldo adquirido	depósitos	Atualizações	Reclassificação	31 de dezembro de 2018
Fiscais	82.390	-	(4.406)	1.532	13.645	93.161
Trabalhistas	19.565	254	4.763	1.612	(209)	25.985
Cíveis	37.508	12.612	2.746	2.274	25	55.165
Depósitos judiciais – SUS	74.693	1.489	11.315	3.635	-	91.132
Outros depósitos	13.461	-	-	-	(13.461)	-
	227.617	14.355	14.418	9.053	-	265.443

Fiscais – conforme apresentado na nota explicativa nº 24, a Companhia e suas Controladas possuem discussões processuais em que aguardam decisão judicial e administrativa. A Companhia e suas Controladas, conforme orientação de seus advogados, efetuaram depósitos judiciais e aguardam a conclusão da lide.

Trabalhistas – depósitos efetuados pela Companhia e suas Controladas para fazer frente a questionamentos de contingências, conforme apresentado na nota explicativa nº 24, com natureza reclamatória trabalhista, danos morais, ações coletivas e cível pública.

Cíveis – correspondem a depósitos judiciais que tem como natureza a cobrança indenizatória, obrigação de fazer, revisional, inexigibilidade de débito e execução declaratória. O registro das contingências cíveis apresentadas na nota explicativa nº 24 está relacionado a esses depósitos.

Depósitos judiciais – SUS – as Controladas questionam judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS a título de “Ressarcimento ao SUS”, que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98. As Controladas não atribuíram prognóstico de risco por se tratar de garantia da efetivação da tutela jurisdicional.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

15. Investimentos - Controladora

a) A movimentação do investimento na Companhia ocorreu da seguinte forma:

	Notre Dame Intermédica Saúde S.A	Belo Dente Odontologia Ltda	Demás Participações Ltda	Casa de Saúde e maternidade Santana S.A.	Hospital Jacarepaguá	Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda	Hospital e maternidade Braz Ltda	Pronto Socorro Itamaraty Ltda	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.078.747	-	57.002	-	-	3	-	-	2.135.752
Incorporação de empresas ⁴	-	-	(1.070.466)	1.070.466	-	-	-	-	-
Investimento ²	-	38	17.454	(1.305)	29.977	-	-	-	46.164
Baixa de Investimento ¹	-	-	-	(1.065.664)	-	(3)	(1)	(1)	(1.065.669)
Dividendos e JCP	(113.900)	-	-	-	-	-	-	-	(113.900)
Aumento de capital ³	1.363.992	-	980.000	40.000	20.400	-	-	-	2.404.392
Amortização de mais valia sobre imobilizado / intangível	-	-	-	(709)	(488)	-	-	-	(1.197)
Equivalência patrimonial do exercício	600.642	7	16.010	49.521	1.633	-	1	1	667.815
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.929.481	45	-	92.309	51.522	-	-	-	4.073.357
Ativo	8.379.040	19.554	-	-	37.019	-	-	-	-
Passivo	4.438.946	8.955	-	-	33.353	-	-	-	-
Patrimônio líquido	3.940.094	10.600	-	-	3.666	-	-	-	-
Resultado do exercício	600.642	4.790	16.010	62.688	1.633	-	2.714	2.261	-
% Participação societária	100%	<1%	-	100%	100%	-	-	-	-

¹ Refere-se a baixa de participação minoritária das Controladas Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A., Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda., Hospital e Maternidade do Braz Ltda. e Pronto Socorro Itamaraty Ltda. por incorporações na Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

² Refere-se à apuração do investimento na aquisição do Grupo Samed no montante de R\$ 17.454, cessão de uma cota da Belo Dente no montante de R\$ 38, ajuste a valor presente sobre a parcela retida da Casa de Saúde e Maternidade Santana no valor de R\$ 1.305 e aquisição do Hospital Jacarepaguá no montante de R\$ 29.977.

³ Refere-se : (i) aumento de capital na Demás Participações Ltda. realizado em 24 de janeiro de 2019, 28 de janeiro de 2019, 21 de fevereiro de 2019 e 5 de junho de 2019 no montante de R\$ 980.000 ; (ii) aumento de capital na Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A. realizado em 5 de junho de 2019 no montante de R\$ 40.000 (iii) aumento de capital no Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda. realizado em 5 de dezembro no montante de R\$ 17.600, por meio de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) e em 10 de abril 2019 no montante de R\$ 2.800; (iv) aumento de capital na Notre Dame Intermédica Saúde S.A. realizado em 01 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 1.063.992 através da incorporação da Green Line Sistema de Saúde S.A. e em 17 de dezembro de 2019 o aumento de capital no montante de R\$ 300.000.

⁴ Controle assumido pela BCBF Participações S.A. em 15 de março de 2019 com a incorporação da Demás Participações. Vide nota 2.c.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

16. Imobilizado

			Consolidado						
	Vida útil	Taxa anual de depreciação - %a.a.	31 de dezembro de 2018	Saldo adquirido	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciações	31 de dezembro de 2019
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%	508.007	426.332	80.900	(485)	32.459	(17.740)	1.029.473
Veículos	1 a 10 anos	17%	216	2.279	-	-	26	(1.882)	639
Instalações	5 a 10 anos	14%	5.260	39	392	-	(72)	(691)	4.928
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%	110.789	133.779	40.515	(1.129)	121	(29.466)	254.609
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	30.576	7.778	11.062	(222)	172	(3.233)	46.133
Equipamentos de computação	1 a 15 anos	25%	19.633	3.445	5.802	(1)	6.475	(9.181)	26.173
Imobilizações em curso	-	-	110.512	1.204	108.897	(2.504)	(33.121)	(4.879)	180.109
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	100.208	12.954	85.465	(1.399)	(8.900)	(17.002)	171.326
			885.201	587.810	333.033	(5.740)	(2.840)	(84.074)	1.713.390

			Consolidado						
	Vida útil	Taxa anual de depreciação - %a.a.	31 de dezembro de 2017	Saldo adquirido	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciações	31 de dezembro de 2018
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%	406.462	67.243	23.901	(2.529)	21.334	(8.404)	508.007
Veículos	1 a 10 anos	2%	321	135	-	(136)	(12)	(92)	216
Instalações	5 a 10 anos	14%	4.617	850	10	(1.119)	1.516	(614)	5.260
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%	67.206	6.722	40.869	(995)	9.352	(12.365)	110.789
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	30.358	2.261	6.752	(233)	(6.049)	(2.513)	30.576
Equipamentos de computação	5 a 15 anos	25%	21.523	674	3.752	(94)	680	(6.902)	19.633
Imobilizações em curso	-	-	33.002	-	105.579	(1.169)	(26.796)	(104)	110.512
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	61.712	5.980	54.381	(529)	(6.586)	(14.750)	100.208
			625.201	83.865	235.244	(6.804)	(6.561)	(45.744)	885.201

Consolidado

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o teste para redução do valor recuperável ("impairment"). Em 31 de dezembro de 2019 não houve indicador de impairment sobre o imobilizado.

O montante de depreciação apurada no período é registrado no resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Receitas (Despesas) operacionais", conforme notas explicativas nº 27 e 28.a, respectivamente.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requerem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do grupo.

Durante o período, a Companhia e suas Controladas adquiriram ativos imobilizados ao custo total de R\$ 333.033 dos quais R\$ 185.437 foram aquisições com pagamentos no período e R\$ 147.596 estão provisionados em rubricas do passivo da Companhia e suas Controladas.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

17. Direito de uso e arrendamentos

A Companhia possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis, equipamentos de TI e frota de veículos, utilizando as cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos.

As taxas de atualização utilizadas para atualizar os valores nos termos dos contratos são geralmente indexadas pelo índice de preços ao consumidor.

A Companhia chegou às taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. Os spreads foram obtidos por meio de sondagem junto a potenciais investidores de títulos de dívidas da Companhia. A tabela abaixo evidência as taxas praticadas pela Companhia:

Prazos	Taxa % a.a.
Até 2 Anos	7,24%
2 - 4 Anos	8,36%
4 - 6 Anos	8,82%
6 - 8 Anos	9,39%
8 - 10 Anos	9,53%
Acima de 10 Anos	9,67%

Os arrendamentos contratados pela Companhia são apresentados abaixo:

i. Direito de uso

	Consolidado			Total
	Aluguéis	Maquinas e equipamentos	Outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial 1º de janeiro de 2019	386.833	2.972	-	389.805
Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019	48.728	3.238	-	51.966
Saldo adquirido	12.140	1.041	63	13.244
Atualizações contratuais	29.761	559	-	30.320
Adições novos contratos	76.332	10.130	-	86.462
Baixas	(43.206)	-	-	(43.206)
Depreciação	(47.385)	(2.397)	(4)	(49.786)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	463.203	15.543	59	478.805

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

ii. Arrendamento a pagar

a. Movimentação dos arrendamentos

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial 1º de janeiro	389.805
Saldo adquirido - 1º de janeiro de 2019	51.966
Saldo adquirido	13.244
Atualizações contratuais	30.320
Adições novos contratos	86.462
(-) Baixas	(43.964)
Juros	38.622
(-) Pagamento de principal	(29.957)
(-) Pagamento de juros	(38.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	497.876
Circulante	33.466
Não circulante	464.410

b. Maturidade dos contratos

	2020	78.112
	2021	79.338
	2022	72.445
	2023	67.165
	2024	64.966
	Mais de 5 anos	490.674
Valores não descontados		852.700
Juros Embutidos		(354.824)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		497.876

Informações adicionais

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS16/ CPC06(R2) e do ofício circular CVM 02/19, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/CPC06 (R2) e assim estão apresentados no balanço da Companhia.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de nossos contratos, conforme determina o item 27b do ofício da CVM.

Para atender a orientação do ofício e transparência requerida, informamos abaixo os impactos no balanço, com a comparabilidade dos juros nominais x juros efetivos, sendo que, para o cálculo da taxa efetiva, utilizamos o índice de nossos contratos cujo a maior parte é IGP-M, aplicada no fluxo de pagamentos anuais, obtida pela divulgação das

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

projeções do Banco Bradesco para os indicadores até 2023, sendo repetida a taxa mais longa para o fluxo futuro a partir de 5 anos.

	Consolidado	
	01 de janeiro de 2019	31 de dezembro de 2019
<u>Fluxo Nominal</u>		
Passivo de Arrendamento	750.374	852.700
Juros Embutidos	(308.603)	(354.824)
	<u>441.771</u>	<u>497.876</u>
<u>Fluxo Real Efetivo Inflacionado</u>		
Passivo de Arrendamento	769.645	901.509
Juros Embutidos	(320.263)	(375.134)
	<u>449.382</u>	<u>526.375</u>

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

18. Intangível

a. Movimentação do intangível

							Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	Saldos adquiridos	Aquisições ¹	Baixas	Transferência	Amortização	31 de dezembro de 2019
Aquisição carteira plano saúde	Vida útil (a)	73.266	273.958	-	-	-	(35.429)	311.795
Sistema de computadores	20% a.a.	12.875	483	13.724	(14)	4.753	(11.835)	19.986
Ágio de combinação de negócios	Indefinida (b)	796.861	1.426.973	-	-	-	-	2.223.834
Ativos intangíveis		48.488	-	-	(2.600)	(2.211)	-	43.677
Outros ativos intangíveis	Indefinida (c)	4.426	-	-	(4.057)	298	(65)	602
		935.916	1.701.414	13.724	(6.671)	2.840	(47.329)	2.599.894

							Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	Saldos adquiridos	Aquisições	Baixas	Transferência	Amortização	31 de dezembro de 2018
Aquisição carteira plano saúde	Vida útil (a)	30.664	52.697	-	-	869	(10.964)	73.266
Sistema de computadores	20% a.a.	9.761	872	1.261	(76)	6.394	(5.337)	12.875
Ágio de combinação de negócios	Indefinida (b)	592.480	204.381	-	-	-	-	796.861
Ativos intangíveis		17.142	30.190	-	(6.952)	8.108	-	48.488
Outros ativos intangíveis	Indefinida (c)	13.496	-	4	(198)	(8.811)	(65)	4.426
		663.543	288.140	1.265	(7.226)	6.560	(16.366)	935.916

Consolidado

¹Durante o período, a Companhia e suas Controladas adquiriram ativos intangíveis ao custo total de R\$ 13.724 dos quais R\$ 1.374 foram aquisições com pagamentos no período e R\$ 12.350 estão provisionados em rubricas do passivo da Companhia e suas Controladas.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

(a) Refere-se a aquisição de carteira de plano de saúde e odontológico conforme quadro a seguir:

Grupo / Empresa	Data	Composição da carteira	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Grupo Notre Dame	21-mai-14	397	497
Grupo Santamália	16-nov-15	6.225	9.212
Hospital Family	23-dez-15	1.929	5.786
Unimed ABC	23-set-16	15.512	17.581
Grupo Cruzeiro do Sul	31-jan-18	15.403	16.864
Grupo SAMED	01-out-18	25.695	23.326
Grupo Green Line	01-jan-19	139.552	-
Grupo Mediplan	29-mai-19	55.181	-
Belo Dente	03-jul-19	43.425	-
Grupo São José	18-nov-19	8.476	-
		311.795	73.266

As carteiras são amortizadas respeitando as vidas úteis conforme quadro a seguir:

Carteira	Vida útil
Odontológica	3 a 11 anos
Saúde	6 a 16 anos

(b) Refere-se aos ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura (combinação de negócios) com vida útil indefinida e força de trabalho, sendo sempre que necessário apurada a recuperabilidade da unidade geradora de caixa (“*impairment*”).

Grupo / Empresa	Data	Composição do ágio	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Grupo Santamália	16-nov-15	125.405	125.405
Hospital Family	23-dez-15	77.149	77.149
Unimed ABC	23-set-16	71.476	71.476
SAMCI/IBRAGE	01-mar-17	22.232	22.232
Hospital São Bernardo	23-fev-17	147.652	147.652
Grupo Nova Vida	03-jul-17	148.566	148.566
Grupo Cruzeiro do Sul	31-jan-18	56.190	56.190
Grupo SAMED	01-out-18	173.928	148.191
Grupo Green Line	01-jan-19	812.501	-
Grupo Mediplan	29-mai-19	256.716	-
Hospital Jacarepaguá	05-abr-19	61.378	-
Belo Dente	03-jul-19	22.709	-
Grupo Ghelfond	28-nov-19	154.165	-
Grupo São José	18-nov-19	93.767	-
		2.223.834	796.861

(c) Refere-se à alocação dos ativos intangíveis identificáveis na aquisição de empresas (relacionamento com clientes, marcas e acordo de não concorrência) a serem amortizados conforme demonstrado a seguir:

Ativos intangíveis	Vida útil
Marcas	30 anos
Relacionamento com clientes	3 a 8 anos
Acordo de não concorrência	5 anos

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

O montante da amortização apurada no período é registrado no resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Receitas (despesas) operacionais” conforme notas explicativas nº 27 e 28.a, respectivamente.

b. Teste ao valor recuperável dos ativos

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia e suas Controladas realizaram o teste de valor recuperável das Unidades Geradoras de Caixas (UGCs) decorrente do ágio adquirido por meio de combinação de negócio. As UGCs estão distribuídas nas atividades de saúde e atividades de odontologia, que também são segmentos operacionais (nota explicativa 31).

Abaixo demonstramos o valor contábil do ágio alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa:

	<u>2019</u>
Plano de saúde	2.201.125
Plano odontológico	22.709
	<u><u>2.223.834</u></u>

O teste realizado de valor recuperável em 30 de setembro de 2019 e 2018 considera, entre outros fatores, a relação entre o valor de uso (value in use) e o seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de uso, apurado no Laudo por empresa independente contratado pela Companhia e suas Controladas é superior ao valor contábil, indicando que não existe indícios de perda por redução ao valor recuperável do ágio. Além disso, a Companhia vem dando sequência ao crescimento orgânico e através de novas aquisições.

Unidade geradora de caixa de atividade de saúde

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade de saúde foi determinado através da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.

A data-base da apuração para o exercício findo em 2019 foi 30 de setembro de 2019, com projeção de dez anos, considerando um crescimento de 10,39% a.a. de receita líquida e de 11,51% a.a. de lucro líquido. A taxa de desconto antes dos impostos foi de 18,46% em 31 de dezembro de 2019 (20,56% em 31 de dezembro de 2018), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os cinco anos considera uma taxa de crescimento de 7,0% a.a., levando em consideração a perspectiva de inflação de longo prazo de 4,1%, acrescido de 2,9% referente ao crescimento das receitas do último período projetado. Em decorrência da análise

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil, não sendo, desta forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essa unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa de atividade de odontologia

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade odontológico foi determinado através da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.

A data-base da apuração para o exercício findo em 2019 foi 30 de setembro de 2019, com projeção de dez anos, considerando um crescimento de 11,25% a.a. de receita líquida e de 6,17% a.a. de lucro líquido. A taxa de desconto antes dos impostos foi de 19,96% em 31 de dezembro de 2019 (20,85% em 31 de dezembro de 2018), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os cinco anos considera uma taxa de crescimento de 4,10% a.a. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil não sendo, dessa forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essa unidade geradora de caixa.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade

O cálculo do valor em uso tanto para a atividade de saúde quanto odontológica é mais sensível às seguintes premissas:

• Margens brutas

Margens brutas são baseadas nos históricos da Companhia. As margens brutas para as unidades geradoras de caixa na atividade de saúde e odontologia foram em média 28,93% e 65,09%, respectivamente. A margem para ambas atividades tem um incremento moderado nos primeiros quatro anos e após ocorre uma estabilização até o final da projeção.

• Taxas de desconto

As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O setor de saúde suplementar é em sua maioria financiado por capital próprio, portanto foi adotado como taxa de desconto o custo de capital próprio, calculado pelo CAPM (custo médio ponderado de capital).

As estimativas para o cálculo do CAPM são obtidas com base em índices publicados para os países bem como indicadores de práticas de mercado norte-americano.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

• Os indicadores macroeconômicos

A Companhia tem considerado o IGP-M, Índice de variação do custo médico hospitalar – IVCMH e o CDI para elaborar seus indicadores, conforme apresentados a seguir:

Índice	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
IGP-M	9%	4,2%	4,2%	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%
CDI ¹	6,3%	6,5%	6,8%	6,9%	6,9%	6,9%	6,9%	6,9%	6,9%	6,9%	6,9%	6,9%
IVCMH ²	9%	8%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%

¹ As taxas foram obtidas no site do Bradesco - Projeção Bradesco Longo Prazo.

² Índice de Variação do Custo Médico Hospitalar (IVCMH), estimado pela área técnica da Companhia.

• Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar os fluxos de caixa além do período explícito de cinco anos

A Administração reconhece que as taxas de crescimento utilizadas consideraram, além do crescimento orgânico, a estratégia de verticalização existente no plano de negócios da Companhia.

19. Tributos e encargos sociais a recolher

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Imposto sobre Serviços (ISS)	271.320	189.668
Contribuição previdenciária	10.007	6.734
FGTS	4.387	3.634
PIS e COFINS	19.086	10.017
Contribuições sindicais e assistenciais	750	66
Parcelamento de tributos e contribuições	11.465	10.028
Outros	1.945	2.667
Impostos devidos a recolher	318.960	222.814
Imposto de Renda - funcionários	13.588	7.645
Imposto de Renda - terceiros	5.574	5.185
Imposto sobre Serviços	3.810	2.155
Contribuição previdenciária retida	3.390	2.363
Retenção PIS / COFINS / CSLL	14.444	7.436
Outros impostos retidos	-	208
Impostos retidos a recolher	40.806	24.992
Circulante	359.766	247.806
Parcelamento impostos, multas e taxas - federal	32.393	11.256
Parcelamento impostos, multas e taxas - municipal	738	967
Parcelamento impostos, multas e taxas - outros	28.903	14.154
Não circulante	62.034	26.377
	421.800	274.183

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, os principais contratos de empréstimos e financiamentos eram compostos como segue:

							Consolidado	
							31 de dezembro de	
							2019	2018
Linha de crédito	Instituição financeira	Indexador	Vencimento	Amortização	Juros a.a (%)	Valor	Valor	
BNDES	Banco Itaú	CDI	2020	Mensal	14%	31	-	
BNDES	Banco Santander	CDI	2020	Mensal	14%	138	-	
BNDES	Bradesco	CDI	2023	Mensal	6%	1.398	-	
Capital de Giro	Banco Itaú	CDI	2020-2024	Mensal	13%	27.381	-	
Capital de Giro	Banco Santander	CDI	2021-2023	Mensal	12%	10.011	-	
Capital de Giro	Bradesco	CDI	2021	Mensal	18%	6.367	-	
Capital de Giro	Citibank	85% CDI + 1,95% a.a.	2020	Semestral	2%	202.295	265.676	
Leasing	Banco de Lage	CDI	2020-2021	Mensal	12%	168	-	
Leasing	Banco do Brasil	CDI	2023	Mensal	3%	804	-	
Leasing	Banco Itaú	CDI	2020	Mensal	7%	50	-	
Leasing	Banco Santander	CDI	2020-2023	Mensal	9%	1.202	-	
Leasing	Bradesco	CDI	2020-2022	Mensal	16%	1.137	1.706	
Leasing	HP Financial	CDI	2022	Mensal	14%	150	-	
Leasing	Unicred	CDI	2022-2024	Mensal	19%	-	4.461	
Leasing	Safra	CDI	2020	Mensal	17%	-	4.435	
Nota Promissória	Safra	CDI	2020	Mensal	6%	-	2.736	
Outros						4.710	231	
						255.842	279.245	
Circulante						220.683	138.531	
Não circulante						35.159	140.714	

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos estão registrados próximos ao seu valor justo, classificado como nível 2.

Apresentamos a movimentação em 31 de dezembro de 2019:

			Consolidado	
			2019	2018
Saldo no início do exercício			279.245	641.595
Saldo adquirido			65.206	47.969
Captação			29.851	-
Pagamento principal			(122.600)	(406.606)
Juros pagos			(14.257)	(38.465)
Ajuste valor presente			191	250
Juros			18.206	34.502
Saldo no final do exercício			255.842	279.245

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

21. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo no balanço patrimonial é como segue:

Empresa	Título	Modalidade	Unidades			Encargos médios	Captação	Consolidado	
			emitidas	Emissão	Vencimento			2019	2018
BCBF Participações S.A.	BCBF12	2ª emissão	300.000	23/02/2018	23/02/2021	CDI + 2,25% a.a.	300.000	184.182	307.782
BCBF Participações S.A.	BCBF13	3ª emissão	900	10/01/2019	10/01/2023	CDI + 1,75% a.a.	900.000	921.509	-
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	NDM113	3ª emissão	800.000	01/08/2019	01/08/2024	100% Taxa DI + 1,6% a.a.	800.000	816.406	-
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	NOTR12	2ª emissão	350.000	15/12/2017	15/12/2019	108,5% do CDI	350.000	-	350.286
								<u>1.922.097</u>	<u>658.068</u>
							Circulante	169.560	478.645
							Não Circulante	1.752.537	179.423

a) Terceira emissão pública da Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Controlada da BCBF) captou, em 1º de agosto de 2019, o montante de R\$ 800.000, por meio de emissão de 800 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM no 476/2009, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço do capital de giro.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga em 3 parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento no 3º ano contado da data de emissão, em que o primeiro pagamento será em 1º de agosto de 2022 e o último em 1º de agosto de 2024. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 1,60% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

b) Terceira emissão pública da BCBF Participações S.A.

A BCBF Participações S.A. (Controlada Direta da Companhia) captou, em 10 de janeiro de 2019, o montante de R\$ 900.000, por meio de emissão de 900 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM no 476/2009, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro.

O prazo total da emissão é de 4 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga em 4 parcelas, sendo o primeiro pagamento no 30º (trigésimo) mês contado da data de emissão, em que o primeiro pagamento será em 10 de julho de 2021 e o último em 10 de janeiro de 2023. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 1,75% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

c) Segunda emissão pública da BCBF Participações S.A.

A BCBF Participações S.A. (Controlada Direta da Companhia) captou, em 23 de fevereiro de 2018, o montante de R\$ 300.000, por meio de emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1, com esforços restritos de colocação, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia.

O prazo total da emissão é de 3 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga semestralmente, em que a primeira será em 23 de agosto de 2018 e a última em 23 de fevereiro de 2021. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + *spread* 2,25% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

A movimentação das debêntures pode ser assim demonstrada:

	BCBF	Intermédica	Consolidado
Saldo em 31/12/2018	307.782	350.286	658.068
Captação por emissão de debêntures	900.000	800.000	1.700.000
Custos de captação	(12.853)	(4.427)	(17.280)
Juros creditados	80.191	42.184	122.375
Apropriação do custos	3.625	923	4.548
Pagamento principal	(120.000)	(350.000)	(470.000)
Juros pagos	(53.054)	(22.560)	(75.614)
Saldo em 31/12/2019	1.105.691	816.406	1.922.097

A amortização do saldo das debêntures ocorrerá conforme cronograma abaixo:

Ano	Consolidado			
			31 de dezembro de	
	Circulante	Não circulante	2019	2018
12 meses	169.560	-	169.560	478.645
13 a 24 meses	-	281.767	281.767	119.505
25 a 36 meses	-	713.512	713.512	59.918
37 a 48 meses	-	490.933	490.933	-
49 a 60 meses	-	266.325	266.325	-
	169.560	1.752.537	1.922.097	658.068

A Companhia entende que as debêntures estão registradas próximas de seu valor justo e classificadas como nível 2.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Cláusulas Restritivas (Covenants)

A Companhia e sua Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. possuem cláusulas restritivas que podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se as Companhias não cumprirem com essas cláusulas restritivas.

Os índices e montantes mínimos e máximos requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2019 seguem:

3ª emissão Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A relação entre dívida líquida e o EBTIDA ajustado da Companhia, precisa ser igual ou inferior a 2,5 (dois e meio), durante a vigência de contrato e atualizado conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com “covenants”.

2ª emissão BCBF Participações S.A.

A relação entre dívida líquida e o EBTIDA ajustado da Companhia, precisa ser igual ou inferior a 3,0 (três), durante a vigência de contrato e atualizado conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com “covenants”.

3ª emissão BCBF Participações S.A.

A relação entre dívida líquida e o EBTIDA ajustado da Companhia, precisa ser igual ou inferior a 3,0 (três), durante a vigência de contrato e atualizado conforme cláusula contratual. A Companhia se encontra adimplente com “covenants”.

Garantias

A Companhia e sua Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A possuem recursos aplicados suficientes para honrar com o cumprimento do contrato.

Como garantia real, o Fiador Original concede fiança em favor dos debenturistas conforme termos do contrato de emissão de debêntures.

Resgate antecipado

As emissões do Grupo Notre Dame Intermédica poderão ser resgatadas antecipadamente a critério da Companhia, a partir da data vinculada no contrato de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos debenturistas.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

22. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	Referência	Consolidado	
		31 de dezembro de	
		2019	2018
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS	a.	510.486	164.755
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	b.	380.855	330.524
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	c. (i).	287.464	234.581
Provisão de prêmio / contraprestação não ganha (PPCNG)	c. (ii).	108.309	68.752
Provisão para remissão	c. (iii).	1.127	896
		1.288.241	799.508
	Circulante	945.405	692.571
	Não circulante	342.836	106.937

a) Provisão de eventos / sinistros a liquidar para o SUS

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê, em seu art. 32, o ressarcimento ao SUS pelos serviços de atendimento à saúde prestados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde aos beneficiários de planos de saúde privados. As Controladas da Companhia contestam as cobranças na esfera administrativa e judicial em razão de inúmeras irregularidades que impossibilitam a sua efetividade, dentre elas a falta de regulamentação sobre temas infraconstitucionais. Para tais demandas judiciais, a Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. efetua depósitos judiciais para garantir o suposto débito, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	164.755	112.564
Saldo adquirido	75.019	9.610
Avisos recebidos do SUS	56.535	16.933
Cobrança efetiva de eventos SUS	199.335	26.125
Atualização monetária	25.662	2.664
(-) Pagamentos efetuados	(10.820)	(3.141)
Saldo no final do exercício	510.486	164.755

b) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	330.524	343.971
Saldo adquirido	48.029	36.426
Avisos recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	6.080.278	3.990.884
(-) Gastos com rede própria classificada em eventos	(1.738.896)	(993.821)
(-) Pagamentos efetuados para rede credenciada	(4.339.080)	(3.046.936)
Saldo no final do exercício	380.855	330.524

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

c) Variações das provisões técnicas:

	<u>PEONA (i)</u>	<u>PPCNG (ii)</u>	<u>Remissão (iii)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	234.581	68.752	896
Saldo adquirido Green Line	28.206	32.692	-
Saldo adquirido Mediplan	2.651	3.188	-
Saldo adquirido Belo Dente	1.547	15	-
Saldo adquirido São José	401	2.731	-
Variações das provisões no exercício	20.078	931	231
Saldo em 31 de dezembro de 2019	287.464	108.309	1.127

(i) - Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA, classificada no passivo circulante, é apurado por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que não tenham sido notificados às Operadoras.

(ii) - Provisão de prêmios e contraprestações não ganha - PPCNG, classificadas no passivo circulante, consiste em receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

(iii) - Provisão para remissão - REMISSÃO, Classificada no passivo circulante e não circulante, consiste em provisões para fazer face a isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

23. Outros passivos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de</u>		<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Obrigações contratuais (a)	-	-	29.153	7.440
Depósito de terceiros	-	-	27.355	1.826
Recebimento antecipado cliente	-	-	15.969	8.692
Débitos diversos	2.231	3	8.902	9.295
Aluguéis a pagar	-	-	2.418	-
Adiantamento parceria banco	-	-	3.000	-
Taxa de Saúde Suplementar (b)	-	-	10.219	-
Débitos de operações de assistência à saúde e não relacionados com planos	-	-	31.999	22.911
Total circulante	2.231	3	129.015	50.164
Obrigações contratuais (a)	25.185	-	454.779	197.022
Provisões para plano de benefícios com empregados	-	-	2.808	2.757
Adiantamento parceria banco	-	-	6.250	9.250
Taxa de Saúde Suplementar (b)	-	-	53.974	-
Outros	-	-	18.470	959
Total não circulante	25.185	-	536.281	209.988
	27.416	3	665.296	260.152

(a) Obrigações contratuais

Refere-se a obrigações contratuais nas aquisições de empresas, líquida do ajuste a valor presente, e transações com partes relacionadas com suas Controladas, como demonstrado abaixo:

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado		
		31 de dezembro de		31 de dezembro de		
		2019	2018	2019	2018	
Grupo Santamália	CDI	22/07/2020	-	-	-	6.781
Hospital Family	CDI	01/05/2021	-	-	14.964	14.758
SAMCI/IBRAGE	CDI	27/12/2021	-	-	11.208	11.432
Grupo Nova Vida	CDI	08/07/2022	-	-	21.643	22.146
Unimed ABC	-	22/09/2022	-	-	29.153	35.867
Hospital São Bernardo	CDI	23/02/2023	-	-	30.966	35.692
Grupo Cruzeiro do Sul	95% do CDI	22/02/2024	-	-	20.997	23.121
Grupo SAMED	CDI	25/01/2025	14.671	-	52.091	54.665
Grupo Green Line	CDI	01/01/2025	-	-	202.279	-
Hospital Jacarepaguá	IPCA	05/04/2025	10.514	-	10.514	-
Grupo Mediplan	90% do CDI	25/05/2025	-	-	34.472	-
Belo Dente	95% do CDI	03/07/2025	-	-	13.935	-
Ghelfond Participações	105% do CDI	28/11/2024	-	-	8.935	-
Ecoimagem	100% do CDI	01/01/2025	-	-	11.356	-
Grupo São José	100% do CDI	18/11/2025	-	-	21.419	-
			25.185	-	483.932	204.462

(b) O saldo registrado nessa rubrica se refere à taxa de saúde suplementar recolhida trimestralmente da adquirida Green Line Sistema de Saúde S.A., conforme RN 89/2005, em que se calcula a quantidade de beneficiários de acordo com a faixa etária, sendo que R\$ 44.838 está parcelado junto a ANS e R\$ 19.355 está em discussão.

24. Provisões para ações judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas Controladas ficam expostas a certas contingências e certos riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e suas Controladas, para os casos em que a perda é considerada provável, e, também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lide enseja obrigação originada em lei.

	Consolidado					31 de dezembro de 2019
	31 de dezembro de 2018	Saldo adquirido	Provisão / (reversão)	Pagamentos	Atualização	
Fiscais	130.137	285.768	(5.495)	-	2.487	412.897
Trabalhistas	160.518	29.100	32.847	(20.873)	10.742	212.334
Cíveis	133.536	95.073	55.974	(38.608)	16.412	262.387
	424.191	409.941	83.326	(59.481)	29.641	887.618

	Consolidado					31 de dezembro de 2018
	31 de dezembro de 2017	Saldo adquirido	Provisão / (reversão)	Pagamentos	Atualização	
Fiscais	83.117	45.309	(1.900)	-	3.611	130.137
Trabalhistas	101.890	42.499	33.733	(26.416)	8.812	160.518
Cíveis	106.364	10.670	42.071	(36.288)	10.719	133.536
	291.371	98.478	73.904	(62.704)	23.142	424.191

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais

- A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a incidência do ISS (município de São Paulo) sobre seu faturamento durante o período de novembro de 2001 a dezembro de 2002. Em decisão de 1ª instância foi julgada procedente a ação. Diante do acórdão que deu provimento ao recurso de apelação da municipalidade, foram opostos embargos infringentes.
- A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde discute judicialmente o direito à incidência do ISS sobre diferença entre os valores recebidos na atividade de plano de saúde e os repassados a terceiros que efetivamente prestarem o serviço. Houve o trânsito em julgado favorável a Cia, determinando a conversão em renda dos valores devidos recolhidos através de depósito judicial, face a indisponibilidade sistêmica da Municipalidade. Diante da decisão terminativa do processo a Municipalidade iniciou procedimentos internos para operacionalização do “modus operandi” para recolhimento sistêmico.
- A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a tributação do ISS no município de Campinas sobre a atividade desenvolvida nesta municipalidade e a constitucionalidade do item 4.23 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 e da Lei Municipal nº 11.829.
- A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente uma Execução Fiscal indevida objetivando a cobrança de suposto crédito tributário a título de ISS referente ao exercício de 2005. Foi determinada judicialmente a suspensão da Execução Fiscal e a Controlada da Companhia aguarda julgamento dos Embargos.
- A Controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT, determinando-se à Autoridade coautora que se abstenha da prática de quaisquer atos tendentes à cobrança dos valores supostamente devidos, em razão da aplicação desse fator, dentre eles a negativa de renovação da Certidão de Regularidade Fiscal. Requer-se, outrossim, o reconhecimento do direito de crédito da Impetrante.
- A Controladora Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente o auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas Controladas apresentaram outras ações de naturezas cíveis, trabalhistas e tributário no montante total

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

reclamado de R\$ 1.278.067 (R\$ 587.056 em 31 de dezembro de 2018), que de acordo com consultores jurídicos apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizado em 26 de março de 2018 a Controladora da Companhia aprovou o aumento de capital em R\$ 20.000 passando o capital social de R\$1.213.080 para R\$1.233.080.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizado em 8 de maio de 2018 a Controladora da Companhia aprovou o aumento de capital em R\$ 330.000 passando o capital social de R\$1.233.080 para R\$1.563.080.

Em 8 de maio de 2018 as ações representativas subscritas e integralizadas pela controladora Notre Dame Intermédica Participações S.A. provenientes de seu aumento de capital realizado nessa mesma data foram transferidos por conta e ordem para sua controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Em 2 de maio de 2019, por meio de ATA de Assembleia Geral Extraordinária a Administração aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 250.000, mediante a emissão de 250.000.000 novas ações, provenientes dos AFAC's realizados em 23 de janeiro de 2019 no montante de R\$ 80.000, 22 de fevereiro de 2019 no montante de R\$ 70.000 e 29 de março de 2019 no montante de R\$ 100.000.

Em 17 de dezembro 2019, por meio de ATA de Assembleia Geral Extraordinária, a Administração aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 3.500.000, mediante emissão de 3.500.000.000 novas ações.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 5.313.080, composto por 5.313.080.353 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2018 o capital social integralizado e subscrito da Companhia era de R\$ 1.563.080, composto por 1.563.080.353 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal).

b) Reserva de capital

Em 21 de maio de 2014, a extinta Bain Capital Brazil Participações Ltda., que era controlada direta da Companhia, adquiriu a totalidade do capital das extintas sociedades PSBB2 Administração e Participações Ltda. e PSBB3 Administração e Participações Ltda. (juntas definidas como "Holdings PSBB2 e PSBB3") as quais, por sua vez, detinham 100% do capital das sociedades do Grupo Notre Dame Intermédica.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2014, houve a reestruturação societária com a incorporação das Holdings PSBB2 e PSBB3 pela Bain Capital Brazil Participações Ltda., com base em laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis com data base contábil de 31 de agosto de 2014, o qual foi emitido em 26 de setembro de 2014 por empresa independente.

Em 26 de novembro de 2014, nos termos do Protocolo de Cisão e Justificação, houve a incorporação da totalidade do acervo líquido da empresa Bain Capital Brazil Participações Ltda., pelas sociedades adquiridas do Grupo Notre Dame Intermédica.

A Administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, à luz do ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09 (R1)"), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e, considerando as reestruturações societárias realizadas, concluiu que tanto a Bain Capital Brazil Participações Ltda. quanto a própria Companhia não poderiam ser consideradas como entidades adquirentes das Holdings PSBB2 e PSBB3 para fins de alocação do excesso de contraprestação transferida ("ágio") gerado na aquisição de 21 de maio de 2014. Desta forma, conforme determinado pelo ICPC 09 (R1), parágrafo 44.b, ainda vigente à época, a incorporação reversa da Bain Capital Brazil Participações Ltda. pelas sociedades que faziam parte do Grupo Notre Dame Intermédica não se configurou, na essência, uma combinação de negócios, mas como uma reestruturação societária entre sociedades sob controle comum, em que o adquirente final do Grupo Notre Dame Intermédica foi a Notre Dame Intermédica Participações S.A., sociedade que detém o controle da Companhia, ocasionando, portanto, a baixa integral do ágio anteriormente registrado na Bain Capital Brazil Participações Ltda., conforme demonstrado a seguir:

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Contraprestação	1.427.500
Parcela retida	454.155
Valor da aquisição do Grupo Notre Dame Intermédica	1.881.655
(-) Ajuste a valor presente s/ parcela retida	(246.474)
(-) Ajuste de preço	(45.188)
(+) Imóveis excluídos da aquisição	32.608
(-) Patrimônio líquido das sociedades adquiridas	(319.027)
(+) Outros	678
(=) Ágio registrado na Bain Capital Brasil Ltda - em 21 de maio de 2014 (a)	1.304.252
Valor da baixa do ágio pela incorporação reversa	(1.304.252)
(+) Crédito fiscal (b)	527.726
(-) Ágio registrado na PSBB2 e PSBB3 (c)	(3.708)
(=) Efeito reflexo líquido na reserva de capital da Companhia - em 26 de novembro de 2014	(780.234)
(+) Variação no resultado de incorporação (d)	16.743
(=) Efeito reflexo líquido na reserva de capital da Companhia - em 31 de dezembro de 2018	(763.491)
(+) / (-) Movimentação do exercício	-
(=) Efeito reflexo líquido na reserva de capital da Companhia - em 31 de dezembro de 2019	(763.491)

(a) Ágio total e não alocado conforme ICPC 09 (R1);

(b) Créditos fiscais s/ ágio gerado na aquisição do Grupo Notre Dame Intermédica reconhecido nas sociedades que receberam o acervo líquido da Bain Capital Brazil Participações Ltda.;

(c) Ágio gerado na reestruturação das Holdings PSBB2 e PSBB3 e conseqüentemente baixado na incorporação reversa;

(d) Variação no resultado de incorporações, entre a data da base do acervo líquido contábil e a data da realização da incorporação. As seguintes transações geraram este impacto: i) em 31 de março de 2015, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. incorporou a Notre Dame Seguradora S.A., variação de R\$ 2.396 e; ii) em 31 de março de 2016, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. incorporou a Interodonto, Santamália, Hospital Montemagno e Hospital Bosque da Saúde, variação de R\$ 14.347.

c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal – constituída obrigatoriamente, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social.

(ii) Reserva estatutária – conforme Estatuto Social vigente, a Companhia, após a destinação da reserva legal, atribuir-se-á reserva para investimentos, que não excederá a 70% (setenta por cento) do capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas Controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos.

d) Dividendos pagos e propostos

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019, a Assembleia Geral dos acionistas, deliberou, por unanimidade, por não distribuir o lucro mínimo obrigatório objetivando com esta retenção a aquisição de novos investimentos.

26. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Contraprestações efetivas de operações de plano de assistência à saúde	7.962.196	5.734.968
Prestação de serviços médico-hospitalares	730.499	549.759
Outras prestações de serviços	986	39.467
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde da Operadora	(230)	270
Receitas de serviços prestados	8.693.451	6.324.464
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(220.439)	(142.090)
(-) Tributos diretos de prestação de serviços médico-hospitalares	(60.527)	(44.493)
(-) Tributos diretos de outras prestações de serviços	(46)	(2.664)
Impostos sobre serviços prestados	(281.012)	(189.247)
Receita operacional líquida	8.412.439	6.135.217

27. Custo dos serviços prestados

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	
	2019	2018
Custos dos serviços prestados ¹	(6.080.278)	(4.513.441)
(-) Co-participação	141.622	124.647
Sistema Único de Saúde - SUS	(56.535)	(16.933)
Depreciações e amortizações	(53.980)	(37.002)
Depreciação direito de uso	(35.218)	-
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(20.078)	(29.251)
	(6.104.467)	(4.471.980)

¹ Referente ao custo de eventos conhecidos e avisados e custos não relacionados com plano de saúde da Operadora.

28. Receitas (despesas) operacionais

a. Despesas administrativas

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal	-	-	(373.596)	(290.020)
Serviços de terceiros	(1.501)	(41)	(203.323)	(194.042)
Localização e funcionamento	-	-	(82.301)	(82.999)
Tributos	-	(3.373)	(9.765)	(18.423)
Publicidade e propaganda	(267)	(263)	(16.297)	(15.291)
Provisão (reversão) para contingências	-	-	(33.618)	14.159
Depreciação e amortização	-	-	(77.423)	(25.585)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(61)	(39)	(10.007)	(31.130)
Provisão para perdas (depósitos)	-	-	-	(878)
Depreciação direito de uso	-	-	(14.568)	-
Outras	(3)	(1.074)	(7.955)	(34)
	(1.832)	(4.790)	(828.853)	(644.243)

b. Despesas Comerciais

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Remuneração - pessoal próprio	(10.313)	(7.174)
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(231.051)	(145.717)
Comissões e agenciamentos	(182.381)	(146.080)
	(423.745)	(298.971)

c. Perdas de recuperabilidade sobre créditos

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Reversão (constituição) de perda de recuperabilidade sobre créditos	14.109	1.174
Baixa de perdas efetivas dos créditos relacionados e não relacionados com plano no período	(80.513)	(47.611)
Outras perdas não relacionadas com o plano	(841)	4.713
	(67.245)	(41.724)

29. Resultado financeiro

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas com aplicações financeiras	4.995	918	82.762	72.033
Juros recebidos	-	-	25.475	19.006
Varição monetária ativa	739	697	11.994	11.302
Outras receitas	300	1.149	14.211	3.680
Ajuste a valor mercado	-	-	991	9
Receitas com variação cambial	-	-	725	308
Descontos obtidos	-	1	4.785	3.205
Ajuste a valor presente	-	-	18.091	-
	6.034	2.765	159.034	109.543
Juros financeiros debêntures	(80.191)	(30.077)	(122.375)	(56.829)
Custos financeiros debêntures	(3.625)	(3.006)	(4.548)	(8.442)
Tarifas bancárias	(86)	(87)	(12.646)	(9.235)
Varição monetária passiva	(4.236)	-	(53.212)	(25.319)
Multas e juros	(8.559)	-	(22.605)	(4.102)
Ajuste variação cambial	-	-	(68)	(82)
Ajuste a valor mercado	-	-	(474)	(29)
Descontos concedidos	-	-	(6.741)	(698)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(18.206)	(34.502)
Ajuste a valor presente	(313)	-	(9.874)	(250)
Custos sobre empréstimos	(13.835)	-	(16.155)	-
Juros arrendamento mercantil	-	-	(38.622)	-
Outras despesas	-	-	(1.634)	(5.472)
	(110.845)	(33.170)	(307.160)	(144.960)
Resultado financeiro líquido	(104.811)	(30.405)	(148.126)	(35.417)

30. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais.

a) Lucro básico por ação

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício	555.736	461.583
Número de ações em circulação (-) Tesouraria	5.313.080	1.563.080
Lucro por ação	0,1046	0,2953
Média ponderada de ações durante o ano	1.874.039	1.443.655
Lucro por ação básico	0,2965	0,3197

b) Lucro diluído por ação

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Lucro Diluído por Ação		
Média ponderada das ações durante o ano	1.874.039	1.443.655
Lucro por ações diluído	0,2965	0,3197

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

31. Segmento operacional

As atividades da Companhia e de suas Controladas são organizadas nos segmentos de negócios na demonstração a seguir:

	2019				31 de dezembro de 2018			
	Saúde	Odontológico	Outros segmentos	Consolidado	Saúde	Odontológico	Outros segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	8.152.223	260.216	-	8.412.439	5.924.523	210.694	-	6.135.217
Custos dos serviços prestados	(6.020.443)	(84.024)	-	(6.104.467)	(4.409.106)	(62.874)	-	(4.471.980)
Resultado bruto	2.131.780	176.192	-	2.307.972	1.515.417	147.820	-	1.663.237
Despesas administrativas	(789.460)	(37.563)	(1.830)	(828.853)	(613.113)	(26.292)	(4.838)	(644.243)
Despesas comerciais	(408.830)	(14.915)	-	(423.745)	(293.370)	(5.601)	-	(298.971)
Perda de recuperabilidade sobre créditos	(69.471)	2.226	-	(67.245)	(38.540)	(3.184)	-	(41.724)
Outras receitas, líquidas	34.769	(38)	(1.463)	33.268	24.821	101	20.196	45.118
Resultado antes das receitas e resultado financeiro	898.788	125.902	(3.293)	1.021.397	595.215	112.844	15.358	723.417
Resultado financeiro	(127.300)	705	(21.531)	(148.126)	(4.838)	(19)	(30.560)	(35.417)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	771.488	126.607	(24.824)	873.271	590.377	112.825	(15.202)	688.000
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro	(303.368)	(14.167)	-	(317.535)	(209.470)	(16.645)	(302)	(226.417)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	468.120	112.440	(24.824)	555.736	380.907	96.180	(15.504)	461.583

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	2019			31 de dezembro de 2018		
	Saúde	Odontológico	Consolidado	Saúde	Odontológico	Consolidado
Eventos conhecidos ou avisados	(5.992.427)	(87.851)	(6.080.278)	(4.425.735)	(66.666)	(4.492.401)
(-) Co-participação	137.535	4.087	141.622	120.877	3.770	124.647
Sistema Único de Saúde - SUS	(56.535)	-	(56.535)	(16.933)	-	(16.933)
Depreciações e amortizações	(53.980)	-	(53.980)	(37.002)	-	(37.002)
Depreciação direito de uso	(35.218)	-	(35.218)	-	-	-
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(19.818)	(260)	(20.078)	(50.258)	(33)	(50.291)
	(6.020.443)	(84.024)	(6.104.467)	(4.409.051)	(62.929)	(4.471.980)

32. Partes relacionadas

Em 4 de abril de 2019, a Companhia recebeu os valores devidos relacionado a contrato de mútuo celebrado em 15 de dezembro de 2017 com seu executivo com vencimento para julho de 2019 o montante liquidado foi de R\$ 12.913.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem a ressarcir a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. o montante de R\$ 2.231, a título de reembolso da despesa de comissionamento da aquisição do Grupo Samed.

A Notre Dame Intermédica Participações S.A. firmou contrato de instrumento particular de repasse de indenização com a Notre Dame Intermédica Saúde S.A., controlada direta da BCBF Participações S.A., comprometendo-se a indenizar a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. pelos desembolsos decorridos de ações jurídicas que são de responsabilidade da Companhia. O ressarcimento deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças. O montante registrado em rubrica "Contas a receber com partes relacionadas" em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 320.468 (R\$ 171.776 em 31 de dezembro de 2018).

A remuneração dos principais administradores das Controladas, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades, é composta de remuneração e gratificações de curto prazo, cujo montante registrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 63.526 (R\$ 57.117 em 31 de dezembro de 2018).

33. Compromissos

	Consolidado	
	2019	31 de dezembro de 2018
Até um ano	110.171	166.047
Mais de um ano e até cinco anos	436.207	622.670
Acima de cinco anos	108.684	242.399
	655.062	1.031.116

Com a implementação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, na aplicação inicial a Companhia realizou inventário de todos os contratos e, de acordo com as políticas apresentadas nas notas explicativas nº 4.p e 17, os contratos foram reconhecidos nos ativos e passivos correspondentes dentro dos critérios estabelecidos pela norma. Para fins de classificação dos compromissos, os contratos sem data de vigência, com acordos bilaterais ou unilaterais, não foram considerados itens enquadrados no CPC 06(R2) / IFRS 16. Ademais, os contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor na avaliação da administração, foram enquadrados no CPC 06(R2) / IFRS 16 e

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

enquadrado dentro das exceções previstas. Portanto, estes contratos foram mantidos como compromissos futuros. As despesas incorridas relacionadas aos Compromissos apresentados acima estão registradas na rubrica “Serviços de terceiros” na nota explicativa nº 28.a Despesas Administrativas.

34. Cobertura de seguros

As Controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios, instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques	Incêndio (inclusive decorrente de tumultos, greves e lock-out), queda de raio, explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos móveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos até fumaça, desmoraonamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (território nacional), roubo de medicamentos.	R\$ 384.700
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros	R\$ 1.330.406
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil operações	R\$ 66.667
Frota de veículos	Compreensiva, danos materiais, danos corporais, equipamentos móveis	100% Tabela FIPE por veículo
Funcionários	Seguro de vida em grupo	Variável conforme faixa salarial e limite máximo R\$ 48.132
Seguro garantia	Garantias sobre contratos de clientes	R\$ 270.181

35. Informações adicionais

a) Aquisição Ecole Serviços Médicos Ltda.

Em 17 de dezembro de 2019, em continuação ao plano de expansão da Companhia, foi assinado o acordo de intenção de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição da Ecole Serviços Médicos Ltda., localizados na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

O valor da intenção de compra é no montante de R\$ 49.000, em que a forma de pagamento será concluída na data de fechamento da transação, descontados o endividamento apurado e uma parcela retida para contingências, se necessário.

A consumação da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

36. Eventos subsequentes

a) Impactos do COVID-19 nas Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, informamos que a administração da Companhia e de suas controladas vem, desde janeiro de 2020, monitorando atentamente a evolução do vírus Covid-19 em outros países, assim como os possíveis reflexos em nossa operação.

Dentre as medidas preventivas, criamos um comitê de crise que acompanha 24h por dia a evolução do atendimento em nossas unidades; aumentamos os estoques de materiais críticos de modo a garantir o suprimento mesmo em situações de rompimento temporário da cadeia produtiva ou logística; aceleramos a conclusão da entrega do novo hospital Intermédica ABC, que irá adicionar 100 leitos à nossa capacidade; elencamos quais as unidades que serão dedicadas para o atendimento e tratamento de pacientes com COVID-19 com o intuito de reduzirmos o risco de contaminação; e reescalamos a grade de cirurgias eletivas e não-emergenciais de modo a criar uma reserva de capacidade de leitos hospitalares, inclusive de UTI, dentre outras atividades.

Em paralelo, as medidas recentemente anunciadas pelos governos municipais, estaduais e federal assim como pelas autoridades sanitárias e de saúde visam conter a velocidade de expansão do vírus, evitando-se assim uma sobrecarga no sistema de saúde.

Estas e outras iniciativas visam a saúde dos nossos pacientes e também de nossas equipes médicas e assistenciais. Até a data da apresentação das demonstrações financeiras, não foram identificados impactos econômico-financeiros significativos que pudessem modificar nossas premissas de negócios, uma vez que utilizaremos prioritariamente nossa rede própria de atendimento, agora com grande parte dos recursos direcionados ao atendimento aos pacientes com suspeita de COVID-19 ao invés de outros atendimentos eletivos ou de rotina, conforme já amplamente divulgado por grande parte dos agentes de saúde públicos e privados. Além disto, iremos monitorar de perto os possíveis desdobramentos da crise sobre a atividade econômica, mas cuja intensidade é impossível de ser prevista neste momento.

b) Resgate antecipado das debêntures

Em 10 de janeiro de 2020 a Companhia em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404/1976 e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358/2002, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que realizou, nesta data, o resgate antecipado total das debêntures simples, não conversíveis, da espécie quirografia, com garantia adicional fidejussória, da 3ª emissão.

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

O valor total do resgate foi de aproximadamente R\$ 932.000, compreendendo o saldo total do valor nominal unitário da totalidade das debêntures dessa emissão acrescida da correspondente remuneração até esta data.

c) Aquisição do Grupo Clinipam

Em 7 de fevereiro de 2020 foi concluída a aquisição do Grupo Clinipam, o Grupo Notre Dame Intermédica assumiu o controle da Companhia nessa data.

O valor da aquisição é de R\$ 2.642.342, conforme contrato assinado e foi pago em 7 de fevereiro, uma parcela à vista de R\$ 2.558.159 e permanecerá uma parcela retida até 7 de fevereiro de 2026 no montante de R\$ 84.183 para fazer face às contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual. A Companhia está providenciando conforme requerimentos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de empresa independente o Laudo de identificação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Clinipam, composto pelas empresas Clinipam – Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda, Centro de Diagnóstico Bom Jesus Ltda., Gralha Azul Administração e Participação Ltda., Hospital Ônix Mateus Leme Ltda., Odontopam Assistência Médica Odontológica Ltda. e Ônix Centro Médico Ltda.

Contraprestação	2.642.342
(-) Parcela retida	<u>(84.183)</u>
	<u>2.558.159</u>

Em 3 de janeiro de 2020, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) por meio do ato de concentração 08700.005661/2019-64, aprovou sem restrições a aquisição do Grupo Clinipam.

Em 14 de janeiro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou por meio do ofício nº 1/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a aquisição do Grupo Clinipam.

d) Aquisição do Grupo São Lucas

Em 23 de janeiro de 2020 foi concluída a aquisição do Grupo São Lucas, o Grupo Notre Dame Intermédica assumiu o controle da Companhia nessa data.

O valor da aquisição é de R\$ 358.111, conforme contrato assinado e foi pago em 23 de janeiro, uma parcela à vista de R\$ 288.111 e permanecerá uma parcela intermediária de R\$ 20.000 pelo prazo de 90 dias do termo de fechamento e uma parcela retida até 23 de janeiro de 2026 no montante de R\$ 50.000 para fazer face às contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual. A Companhia está providenciando conforme requerimentos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, por meio de empresa independente o Laudo de identificação dos ativos tangíveis e intangíveis na

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

aquisição do Grupo São Lucas, composto pelas empresas São Lucas Saúde S.A., São Lucas Serviços Médicos Ltda. e Clínica São Lucas Ltda.

Contraprestação	358.111
(-) Parcela Intermediária	(20.000)
(-) Parcela retida	<u>(50.000)</u>
	<u>288.111</u>

Em 20 de novembro de 2019, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) por meio do ato de concentração 08700.004955/2019-79, aprovou sem restrições a aquisição do grupo São Lucas.

Em 17 de janeiro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou por meio do ofício nº 5/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a aquisição do Grupo São Lucas.

e) Primeira emissão pública Nota Promissória Comercial

A BCBF Participações S.A. (Controlada direta da Companhia) captou em 5 de fevereiro de 2020, o montante de R\$ 360.000, por meio de emissão de 4 séries de notas promissórias, no valor nominal de R\$ 90.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM no 476/2009, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro. O prazo total é de 2 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga em 4 parcelas semestrais, sendo o que o primeiro pagamento será em 5 de agosto de 2020 e o último em 5 de fevereiro de 2022. A atualização corresponde a uma taxa de 100% da taxa DI + spread 1,4% a.a., base 252 dias úteis.

f) Aumento capital social Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.

Conforme Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizado em 6 de fevereiro de 2020, BCBF Participações S.A. realizou aumento de capital no montante de R\$ 2.587.000 totalmente subscrito e integralizado, representado pela emissão de 2.587.000.000 quotas.

O capital social passou de R\$ 17.609 em 31 dezembro de 2019 para R\$ 2.604.609, representado por 2.604.609.000 quotas totalmente subscrito e integralizado.

O objetivo reperfilamento do endividamento da empresa, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço do capital de giro.

f) Aumento de capital social da Companhia.

Conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 5 de março de 2020, foi autorizado o aumento de capital da Companhia no montante de

BCBF Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

R\$ 20.000 totalmente subscrito e integralizado, representado pela emissão de 20.000.000 quotas.

O capital social passou de R\$ 5.313.080 em 31 dezembro de 2019 para R\$ 5.333.080, representado por 5.333.080.353 quotas totalmente subscrito e integralizado.
